



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
São Tomé e Príncipe

**QUESTIONÁRIO UNIFICADO DE INDICADORES BÁSICOS
DO BEM-ESTAR – (QUIBB-2005)**

São Tomé, Abril de 2006

CATALOGAÇÃO RECOMENDADA

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Questionário Unificado de Indicadores do Bem-Estar em
São Tomé e Príncipe – Relatório Final, QUIBB-2005. -
São Tomé: INE, Abril 2006, - 83 páginas.

DIRECTORA-GERAL

ELSA MARIA CARDOSO
Telefone: 00 239 221 982
E-mail: elsa_ine@cstome.net

EDITOR

Instituto Nacional de Estatística, Largo
das Alfândegas, C. P. 256, Telefone:
00 239 221 313, Fax: 00 239 221 982,
São Tomé, São Tomé e Príncipe

COMPOSIÇÃO

INE, Direcção de Estatísticas
Demográficas e Sociais, Departamento
de Estatísticas Sociais e Estudos
Sócio-Demográficos

IMPRESSÃO

Instituto Nacional de Estatística

ESCLARECIMENTO

HELDER SALVATERRA
Telefone: 00 239 223 590
E-mail: helder_ine@cstome.net

PREFÁCIO

Constitui uma das principais tarefas e ambições do Instituto Nacional de Estatística (INE), a criação de um sistema estatístico integrado que vise controlar as performances económicas e sociais da população.

O presente estudo elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) destina-se a fazer o seguimento rápido dos principais indicadores dos diferentes subgrupos da população.

Nesta óptica, o INE levou ao cabo, pela primeira vez, uma operação estatística de grande envergadura dirigida aos agregados familiares São-tomenses, utilizando para o efeito o Questionário Unificado de Indicadores Básicos do Bem-Estar (QUIBB-2005),

O QUIBB é o último instrumento de uma série de inquéritos efectuados pelo Banco Mundial e os seus parceiros, para fornecer informações sobre o agregado familiar aos decisores, às Instituições Internacionais, às ONG's assim como ao público em geral, permitindo-lhes assim formular e implementar novas políticas de desenvolvimento. Esta operação permite avaliar os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD).

A realização desta operação contou com o apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, acordado entre o Governo São-tomense e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), através da Unidade de Coordenação do Projecto de Assistência Técnica para o Reforço da Capacidade de Governação (UC-PATRCG) – Crédito IDA Nº 3993 – STP.

O INE de São Tomé e Príncipe aproveita esta oportunidade para agradecer ao Banco Mundial e ao PNUD pelos esforços constantes que têm feito no sentido de permitir que o nosso país disponha de um sistema operacional de informação estatística.

Os nossos agradecimentos são também extensivos a toda equipa que participou na execução do inquérito.

RESUMO

O inquérito sobre "Questionário de Indicadores Básicos do Bem-Estar – QUIBB-2005", de São Tomé e Príncipe, realizado durante os meses de Novembro e Dezembro de 2005 e, tratado através da tecnologia moderna, ou seja, a leitura óptica, permitiu que fosse extraído alguns indicadores de extrema importância, dando desta forma resposta aos "Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento – OMD", e ao documento sobre a "Estratégia Nacional da Redução da Pobreza – ENRP" do País, de acordo com as duas tabelas que se segue, bem como as análises mais detalhada que constitui a parte do desenvolvimento do presente relatório.

De acordo com os indicadores de base ilustrado nestas duas tabelas, onde estão destacados os principais indicadores sobre as características da habitação (conforto e serviços sociais), o emprego, a educação e o serviço de saúde, a abordagem versará objectivamente sobre estas questões, nos seguintes moldes:

1.CONFORTO E SERVIÇOS SOCIAIS

Relativamente aos indicadores sobre as características da habitação, onde se deu ênfase aos indicadores de conforto e serviços sociais, chega-se as seguintes conclusões:

- ✓ Que a nível nacional, no que diz respeito ao indicador de acesso à água, verifica-se que 96,8% dos agregados familiares têm acesso a esse bem precioso, sendo 97,7% no meio Urbano (o distrito de Água Grande atinge 98%) e 95,7% no meio Rural;
- ✓ Que 88,7% de famílias São-tomense utilizam água potável, sendo 92,5% para os que residem no meio Urbano e 84,3% no meio Rural, com destaque para a posição que o distrito de Água Grande ocupa com 93,3%;
- ✓ Quanto a utilização de electricidade como fonte de iluminação, 48,5% das famílias São-tomenses beneficiam deste bem social. Neste caso, regista-se grande desequilíbrio entre os meios de residência, ou seja, cerca de 62% vivem no meio Urbano, enquanto que apenas 33,7% no meio Rural. O distrito de Água Grande encontra-se numa posição que se pode considerar razoável (65,8%);
- ✓ Que cerca de 30% de famílias beneficiam do sistema de saneamento de meio adequado, o que se pode considerar de um nível muito baixo, com grandes diferenças entre o meio Urbano (39,1%) e Rural (19,2%) e o distrito de Água Grande com um nível superior (44,8%); 78,2% das famílias usam carvão e lenha para preparar alimentos e 6,6% utilizam meios adequados de evacuação de lixo produzido.

2. EMPREGO E DESEMPREGO

O presente estudo permitiu enfatizar alguns indicadores importantes sobre o emprego e desemprego, onde pode-se resumir nos seguintes moldes:

- ✓ Globalmente a taxa de desemprego representa 14,8%, dos quais 9,5% dizem respeito ao sexo masculino e 21,1% são do sexo feminino, facto que demonstra a desigualdade entre os géneros nesta matéria. Regista-se, por outro lado, diferenças mínimas entre meios de residência, ou seja, 15,9% dos desempregados residem no meio Urbano (Água Grande com 14,5%, nível similar a do País) e 13,5% para o meio Rural, facto que se pode explicar com o nível de sub emprego elevado;
- ✓ Por outro lado, para as populações em situação do sub emprego, ou seja, com um emprego precário, elas representam igualmente 14,7%, sendo 19,5% homens e 9% mulheres. A nível do meio de residência existe um grande desequilíbrio com 12% no meio Urbano (Água Grande - 9,3%) contra os 17,7% no meio Rural.

3. INDICADORES SOBRE EDUCAÇÃO

Tratando de principais indicadores do sector de educação, enfatizou-se sobre a alfabetização dos adultos e juvenil e os indicadores a nível dos ensinos primário e secundário, onde se constatou o seguinte:

- ✓ Em termos da taxa de alfabetização, verificou-se que para os adultos ronda os 84,4%, sendo 86,8% no meio Urbano (Água Grande atingiu 89,1%) e 81,4% no meio Rural. Enquanto que, para a população juvenil este índice foi relativamente superior, ou seja, cerca de 94%, dos quais 95% no meio Urbano (Água Grande com 96,3%) e 92,3% no meio Rural;
- ✓ A nível de indicadores do ensino primário, 83,8% da população em idade escolar declaram ter acesso a escola, sendo 93% no meio Urbano (Água Grande - 92,4%) e apenas 73,4% no meio Rural, significando a necessidade de mais investimento nessa matéria, tendo em conta o desequilíbrio existente;
- ✓ Ainda com relação aos indicadores do ensino primário, deve-se destacar a taxa de frequência escolar que atingiu 88% a nível nacional, dos quais, com um índice superior estão os rapazes com 89,1% contra os 87% raparigas. No atinente ao meio de residência, 86,1% residem no meio Urbano, nível similar a do distrito de Água Grande, enquanto que, no meio Rural este índice é superior atingindo 90,2%;
- ✓ Relativamente ao índice de satisfação para os estudantes do ensino primário, a nível nacional é de 69,6%, sendo 78,1% no meio Urbano e 60,4% no meio Rural. De destacar que este índice de satisfação no distrito de Água Grande é ligeiramente superior a do meio Urbano (78,5%).
- ✓ Os indicadores do ensino secundário são resumidos em: (i) acesso escolar representa 60,6% a nível nacional, sendo 69,2% no meio Urbano (Água Grande - 66%) e apenas 50,2% no meio Rural; (ii) a taxa de frequência do

ensino secundário ronda os 59,7%, dos quais 57,5% rapazes e 61,9% raparigas (existem mais raparigas no ensino secundário). Em termos de meio de residência, 62,9% de estudantes que frequentam a escola secundária residem no meio Urbano (distrito de Água Grande com 65,6%) e 55,8% no meio Rural; e, (iii) o índice de satisfação neste nível do ensino é similar a dos ensino primário, ou seja, rondou os 69,5% dos estudantes a nível nacional, com 68,7% para o meio Urbano (Água Grande – 74%) e 68,5% meio Rural.

4. SERVIÇO DE SAÚDE

Segue-se algumas constatações em termos de acesso, necessidade, utilização e satisfação dos serviços de saúde, bem como outros aspectos pertinentes que o estudo QUIBB-2005 proporcionou para uma análise da situação dos serviços de saúde:

- ✓ Quanto ao acesso aos serviços de saúde, 74,1% dos agregados tiveram este acesso, onde se pode registar grandes desigualdades a nível de meio de residência, ou seja, o meio Urbano é representado por 87% das famílias (Água Grande - 86,1%), contra apenas 59% das famílias que têm acesso residem no meio Rural. Daí a necessidade de mais investimento no sector de saúde nas zonas rurais;
- ✓ Constata-se que apenas 18,7% das famílias tiveram necessidade de um serviço de saúde em São Tomé e Príncipe (19,3% Urbano e 17,9% Rural). O distrito de Água Grande situa-se a nível de 19%;
- ✓ Com respeito a utilização dos serviços de saúde, apenas 14,9% dos indivíduos utilizaram os serviços de saúde (15,1% Urbano e 14,7% Rural), enquanto que, a taxa de satisfação atingiu 68,6%, dos quais, 68,7% no meio Urbano (Água Grande – 69,1%) e 68,5% no meio Rural;
- ✓ Acima de 68% de mulheres em situação de gravidez declararam seguir o programa de controlo e acompanhamento, onde 65,1% residem no meio Urbano (Água Grande 65,5%) e um nível bastante
- ✓ Elevado no meio Rural (71,6%), o que é bastante surpreendente, tendo em conta, a desproporção existente entre os meios de residência, no que toca ao acesso aos serviços de saúde;
- ✓ Situação inversa se regista a nível de meios de residência no tocante ao índice de assistência profissional durante o parto, onde 85,1% dos partos a nível nacional têm uma assistência dos profissionais da saúde, sendo cerca de 91% no meio Urbano e 68,4% no meio Rural.

Questionário Unificado de Indicadores Básicos do Bem-Estar (QUIBB-2005), São Tomé e Príncipe						
	Total	Margem de Erro	Rural	Urbano	Água Grande	Outro Urbano
Conforto e serviços sociais						
<i>Acesso a água</i>	96,8	1,5	95,7	97,7	98,0	97,0
<i>Fonte de água potável</i>	88,7	4,9	84,3	92,5	93,3	90,8
<i>Sistema de saneamento</i>	29,7	4,6	19,2	39,1	44,8	25,7
<i>Acesso a electricidade</i>	48,5	5,8	33,7	61,6	65,8	51,5
<i>Lixo produzido</i>	6,6	3,9	1,0	11,5	10,3	14,6
<i>Uso de Carvão e Lenha p/ preparar alimentos</i>	78,2	5,4	92,0	65,9	55,7	90,3
Emprego e desemprego						
<i>Desemprego</i>	14,8	1,9	13,5	15,9	14,5	18,9
<i>Homens</i>	9,5	1,5	7,9	11,0	10,7	11,7
<i>Mulheres</i>	21,1	2,8	20,8	21,3	18,7	27,7
<i>Sub - Emprego (emprego precário)</i>	14,7	2,1	17,7	12,0	9,3	18,4
<i>Homens</i>	19,5	2,8	23,2	16,1	12,7	23,4
<i>Mulheres</i>	9,0	1,7	10,7	7,5	5,6	12,3
Taxa alfabetização - adulto						
Taxa alfabetização - juvenil	84,4	1,8	81,4	86,8	89,1	81,4
	93,8	1,4	92,3	95,0	96,3	91,9
Escola primária						
<i>Acesso</i>	83,8	6,1	73,4	93,0	92,4	94,0
<i>Taxa de frequência escolar</i>	88,0	1,7	90,2	86,1	86,1	86,3
<i>Rapazes</i>	89,1	2,2	91,4	87,1	87,3	86,7
<i>Raparigas</i>	87,0	2,3	89,0	85,3	84,9	86,0
<i>Satisfação</i>	69,6	6,0	60,4	78,1	78,5	77,2
Escola secundária						
<i>Acesso</i>	60,6	9,0	50,2	69,2	66,0	75,8
<i>Taxa de frequência escolar</i>	59,7	3,5	55,8	62,9	65,6	57,3
<i>Rapazes</i>	57,5	3,8	54,6	60,1	63,1	53,9
<i>Raparigas</i>	61,9	4,2	57,2	65,6	67,9	60,6
<i>Satisfação</i>	69,5	5,7	65,1	72,2	74,0	67,8
Serviço de saúde						
<i>Acesso</i>	74,1	7,9	59,0	87,0	86,1	88,9
<i>Necessidade</i>	18,7	1,7	17,9	19,3	19,0	20,0
<i>Utilização</i>	14,9	1,4	14,7	15,1	14,6	16,1
<i>Satisfação</i>	68,6	5,0	68,5	68,7	69,1	67,9
<i>Programa controlo/accompanhamento</i>	68,3	4,2	71,6	65,1	65,5	64,5
<i>Assistência profis. durante o parto</i>	85,1	2,0	68,4	90,7	0,0	0,0

Í N D I C E

	<u>Páginas</u>
Capítulo I DESCRIÇÃO DO INQUÉRITO	10
I.1 Introdução	10
I.2 Objectivos do inquérito	10
I.3 Âmbito do inquérito	11
I.4 Metodologia de recolha	11
I.5 Instrumentos utilizados	11
I.5.1 Questionários e manuais	12
I.5.2 Scanner	12
I.6 Plano de Amostragem	13
I.6.1 Unidade estatística de observação	13
I.6.2 Universo e base de sondagem	13
I.6.3 Dimensão e repartição da amostra	14
I.6.4 Modalidade de tiragem	14
I.6.5 Principais fórmulas de estimação	16
I.7 Organização do inquérito	17
I.7.1 Estrutura organizacional	18
I.7.2 Estratégia de sensibilização	18
I.7.3 Formação do pessoal	18
I.7.4 Operação de recolha	19
I.8 Tratamento dos dados	19
 Capitulo II CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO	 21
II.1 Introdução	21
II.2 Repartição espacial da população	21
II.3 Estrutura da população por grupo etário e sexo	22
II.4 Situação matrimonial	23
II.5 Órfãos e crianças abandonadas	24
II.6 Tamanho médio do agregado	25
II.7 As principais características do chefe do agregado	25
II.7.1 Perfil dos chefes do agregado	25
II.7.2 Instrução e alfabetização	26
II.8 Contribuição dos membros no rendimento do agregado	26
II.9 Conclusões	27
 Capitulo III SAÚDE E NUTRIÇÃO DAS CRIANÇAS	 29
III.1 Introdução	29
III.2 Acesso ao Serviço de Saúde	29
III.3 Serviço de Saúde e Tipo de Doenças	30
III.3.1 Necessidade de um Serviço de Saúde e Tipo de Doenças	30
III.3.2 Razão da Não Consulta dos Doentes	30
III.4. Utilização e Tipo de Serviço de Saúde	31
III.4.1 Utilização de um Serviço de Saúde	31
III.4.2 Tipo de Serviço Utilizado	31
III 5. Satisfação em relação ao Serviço de Saúde	32
III 6. Cuidados Pré-natal e Assistência durante o Parto	33
III.6.1 Cuidados Pré-natal	33
III.6.2 Assistência durante o Parto por um Profissional de Saúde	33
III. 7 Cobertura de Vacinas nas Crianças de Menos de 5 anos	34
III. 8 Nutrição e Crescimento das Crianças	34

III. 9 Conclusões	34
Capítulo IV EDUCAÇÃO	36
IV.1 Introdução	36
IV.2 Alfabetização e Acesso à Educação	36
IV.2.1 Alfabetização	36
IV.2.2 Acesso à educação	37
IV.2.2.1 Frequência Escolar	37
IV.2.2.2 Abandono Escolar	38
IV.2.2.3 Acesso e Satisfação Escolar	38
IV.2.2.4 Descontentamento com a Escola	39
IV.2.2.5 Não Frequência escolar	39
IV.3. Taxas brutas e líquidas de escolarização	40
IV.3.1. Taxa Bruta de Escolarização do ensino primário	40
IV.3.2. Taxa Líquida de Escolarização do ensino secundário	40
IV.4. <i>Tempo necessário para chegar a escola mais próxima</i>	41
IV.5. Conclusões	41
Capítulo V EMPREGO	42
V.1 Introdução	42
V.2 População Activa	42
V.2.1 Actividade	44
V.2.2 Emprego Permanente e Precário	45
V.2.3 Desemprego	49
V.3 População Inactiva	52
V.4 Outros Aspectos sobre o Emprego	54
V.5 Conclusões e Recomendações	54
Capítulo VI CONFORTO DO ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DO AGREGADO	55
VI.1 Introdução	55
VI.2 Regime de Ocupação do Alojamento	55
VI.3 Características e Condições do Alojamento	56
VI.3.1 Número de divisões da habitação	56
VI.3.2 Tipo de cobertura	57
VI.3.3 Parede	57
VI.3.4 Pavimento	58
VI.4 Bens Possuídos pelo Agregado	58
VI.4.1 Terras, animais e veículos de transporte	58
VI.4.2 Bens de equipamento e electrodomésticos	59
VI.5 Água e Saneamento	60
VI.6 Energia e Electricidade	62
VI.7 Situação Económica do Agregado e da Comunidade	63
VI.8 Conclusões e Recomendações	65
Capítulo VII ANEXO	66
A. Glossário	67
B. Equipa Técnica	74
C. Questionário	76

Capítulo I. DESCRIÇÃO DO INQUÉRITO

I.1 INTRODUÇÃO

Este inquérito é destinado a um grupo de famílias previamente escolhido a partir de uma base de sondagem a nível de todo o território nacional, utilizando uma amostra aleatória simples, estratificada e multi-etápica, o que permitirá produzir dados credíveis a nível nacional e distrital.

Das principais características do QUIBB, destaca-se: (i) inquérito anual, rápido e fácil a realizar; (ii) Seguimento rápido dos principais indicadores para os diferentes subgrupos da população; (iii) parte de um conjunto de instrumentos de avaliação e seguimento; (iv) Questionário curto e de visita única; (v) Perguntas de escolhas múltiplas para uma recolha de dados fácil e rápido; (vi) Digitação de dados através de leitura óptica, mediante uma tecnologia moderna "*Scanner*", para diminuir os atrasos e os possíveis erros na qualidade dos resultados; e, (vii) programas completo de correcção e validação dos dados.

Por conseguinte, o QUIBB concentra-se na recolha de informações que permitem medir o acesso a utilização e a satisfação da população em relação aos principais serviços sociais e económicos.

Assim, os indicadores disponíveis a partir do QUIBB são de dois tipos:

- **Indicadores de nível de vida dos agregados** e, como é óbvio, dos membros que os integram;
- **Indicadores de acesso, utilização e satisfação** em relação a comunidade e outros serviços de base (infra-estruturas, educação, saúde, emprego, etc.).

Considerando que estes indicadores de impacto devem ser obtidos ou recolhidos periodicamente, recomenda-se que esta operação seja realizada regularmente e de curta duração (se possível anualmente). O QUIBB utiliza indicadores simples, com objectivo final de identificar os grupos que beneficiam e os que não beneficiam das diversas acções concebidas para melhorar a situação social e económica dos mais carenciados.

Por outro lado, o QUIBB constitui um dos elementos importantes dentro de dispositivo do seguimento e avaliação das políticas e programas no quadro do Documento de Estratégia de Redução da Pobreza.

O presente capítulo constitui uma síntese do relatório metodológico, na qual, serão abordados questões que dizem respeito aos objectivos do inquérito, o âmbito do inquérito, a metodologia de recolha, os instrumentos de recolha, o plano de amostragem, a organização do inquérito e o tratamento de dados.

I.2 OBJECTIVOS DO INQUÉRITO

O Estado São-tomense prevê investir no sector social, com ênfase na educação, saúde, saneamento de meio, infra-estrutura, etc. com vista a melhorar o nível de vida das populações, sobretudo dos mais carenciados.

O principal objectivo do QUIBB-2005 é de fornecer dados estatísticos sobre as condições de vida da população, que possam ser utilizados pelo Governo, pelas outras instituições nacionais e internacionais, bem como as ONG's e o público em geral, com vista a permitir a estes potenciais utilizadores a conceber e analisar as políticas, a planificação e a organização dos programas de acção sócio-económicos.

Para se alcançar esta meta, torna-se necessário concretizar os seguintes objectivos específicos:

- Obter informações actualizadas sobre o agregado familiar, as suas características demográficas, o nível de instrução, a frequência escolar actual, a saúde, o estatuto e as características do emprego, conforto, as características da habitação, tendo sempre presente a questão de género;
- Produzir indicadores do seguimento e avaliação dos programas de luta contra a pobreza;
- Fornecer informações estatísticas com vista a formulação das políticas sociais;
- Desenvolver capacidades nacionais de concepção e de implementação dos inquéritos sobre indicadores de bem-estar.

I.3 ÂMBITO DO INQUÉRITO

Com este inquérito pretende-se observar o conjunto de todos os indivíduos que integra o agregado familiar seleccionado. Pode-se considerar a âmbito populacional, ou seja, a população a ser inquirida.

Relativamente ao âmbito geográfico, trata-se de uma operação de âmbito nacional, cujo campo de aplicação abrange todo o território São-tomense.

Quanto ao âmbito temporal, o período de inquirição foi de 45 dias, ou seja, a recolha de dados decorreu de 31 de Outubro a 22 de Dezembro de 2005.

I.4 METODOLOGIA DE RECOLHA

A metodologia utilizada para o presente estudo consubstanciou na realização do inquérito por amostragem probabilística, estratificada e multi-etápica, dirigida a uma amostra de 3.600 agregados familiares a nível nacional.

A semelhança dos anteriores inquéritos desta natureza, o método de observação adoptado foi "Entrevista Directa", ou seja, o entrevistador dirige-se ao alojamento previamente seleccionado e efectua uma entrevista directa ao chefe ou representante do agregado familiar, que por sua vez deverá fornecer informações de todos os membros deste agregado em função da solicitação do agente.

I.5 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Relativamente aos instrumentos utilizados no quadro do QUIBB-2005, pode-se referir a dois tipos de instrumentos, nomeadamente um em suporte de papel e outro em equipamento informático.

Como instrumento em suporte de papel, o QUIBB-2005 utilizou para a recolha de dados o "*Questionário*" e os "*Manuais*", enquanto que, para o tratamento de dados através da leitura óptica foi utilizado pela primeira vez o "*Scanner*".

1.5.1 Questionário e Manuais

Os Questionário e Manuais constituem instrumentos mais importantes para a recolha de dados em qualquer tipo de operação estatística de carácter exploratória.

Durante a realização do QUIBB-2005, utilizou-se como instrumento de notação para a recolha de dados o "*Questionário*" dirigido ao chefe ou seu representante no agregado familiar.

Na maioria das vezes as respostas são codificadas, cabendo apenas aos inquiridores procederem o preenchimento nos respectivos círculos, utilizando para o efeito um material próprio e adequado, registando as respostas dos inquiridos. Este instrumento comporta 10 páginas, constituídas por 8 módulos agrupados por temas de maneira seguinte:

Módulo A	Informação sobre a Entrevista
Módulo B	Lista de Membros do Agregado Familiar
Módulo C	Educação
Módulo D	Saúde
Módulo E	Emprego
Módulo F	Bens do Agregado Familiar
Módulo G	Características da Habitação
Módulo H	Crianças com Menos de Cinco Anos

Este instrumento é uma adaptação do já existente e desenvolvido pelo Banco Mundial para fornecer aos decisores resultados mais rápidos e mais refinados.

Por outro lado, para que a operação de recolha de dados fosse realizado com eficiência e eficaz, tornou-se necessário elaborar um Manual de instruções para o preenchimento do respectivo questionário, ou seja, "Manual" dirigidos aos controladores e inquiridores. Estes suportes tinham uma importância capital para o desenrolar de toda a operação no terreno.

1.5.2 Scanner

Como é óbvio, os dados recolhidos devem ser processados mediante tecnologia própria. Para o efeito, foi utilizado o equipamento "Scanner" para permitir a digitação dos dados através da leitura óptica, com vista a produção dos resultados com maior fiabilidade desejável.

I.6 PLANO DE AMOSTRAGEM

Dada a natureza do presente estudo, utilizou-se para o efeito o método de amostragem aleatória, probabilística, sistemática, estratificada e multi-etápica, baseada numa listagem de unidades estatísticas existente no INE, constituída por Áreas de Enumeração (A.E.) definido durante a operação censitária de 2001.

O tamanho da amostra é de 3.600 agregados familiares, distribuídos proporcionalmente para os três estratos definidos, dos quais os estratos de Água Grande com 1.200 agregados (*50 agregados por A.E.*), outros meios Urbanos com 1.200 agregados (*120 agregados por A.E.*) e 1.200 agregados para o meio Rural (*40 agregados por A.E.*).

A amostra é constituída por 64 áreas de enumeração, sendo 24 para o estrato de Água Grande (Urbano), 10 para outros meios Urbanos e 30 para meio Rural, a razão de uma média de 56 agregados por cada área de enumeração a nível nacional.

I.6.1 Unidade Estatística de Observação

A unidade de amostra para o presente estudo foi seleccionada a partir da base de sondagem constituída durante o levantamento cartográfico censitário de 2001, tendo dividido o País em 149 Áreas de Enumeração.

Esta base de sondagem é constituída por uma listagem de agregados familiares nos seus respectivos alojamentos, que serve para ser utilizado em diversas operações estatísticas dirigidas aos agregados familiares. Neste caso, a unidade estatística de amostra é o alojamento, por ser uma unidade física e fácil de ser localizado, o que constitui a Unidade Primária da Amostra (UPA).

Enquanto que, como unidade estatística de análise temos os agregados familiares, que constitui a população alvo a ser inquirida e, com efeito, a Unidade Secundária da Amostra (USA).

I.6.2 Universo e Base de Sondagem

Num universo de 149 áreas de enumeração como base de amostragem, procedeu-se a selecção sistemática dos conglomerados na primeira etapa, tendo resultado uma amostra de 64 áreas seleccionadas como unidade primária da amostra.

Como principal unidade de observação, ou seja, a unidade secundária da amostra, foram seleccionados na segunda etapa os alojamentos, por ser uma unidade estatística estável, de fácil identificação, como uma sub-amostra auto ponderada, na qual cada alojamento tem igual probabilidade de selecção na respectiva área escolhida. O suporte que se utilizou para a selecção desta unidade baseou-se de uma listagem de agregados familiares devidamente actualizada.

Por conseguinte, o universo fora constituído por indivíduos que residem num determinado agregado familiar seleccionado, como unidade principal de observação, nos seus respectivos alojamentos.

I.6.3 Dimensão e Repartição da Amostra

Atendendo que se trata de um estudo exploratório na qual a amostragem é estratificada, o tamanho da amostra fora calculado inicialmente a nível nacional e, conseqüentemente, distribuído proporcionalmente por cada estrato pré-definido e, dentro deste foi retirado uma amostra independente através do método aleatório simples, tomando como base a proporção da população estimada para cada um dos estratos.

Dentre as 149 áreas de enumeração, foi estimado a nível nacional 64 áreas para o presente estudo, o que corresponde a cerca de 43% do total, distribuído para os seguintes estratos: (i) Distrito de Água Grande "24", (ii) Outros Meio Urbano "10", e (iii) Meio Rural "30".

Pretendendo estudar uma dimensão da amostra que atinja os 14.400 efectivos, utilizando um número médio de 4 pessoas por família, estimou-se que o tamanho da sub amostra dos alojamentos, ou seja, dos agregados familiares, atingisse os 3.600 a nível nacional. Foi aplicada a fórmula seguinte:

$$m = ((Z^2 * S^2) / d^2) * Deff$$

Considerando os seguintes dados básicos:

- Erro absoluto esperado (d): **0.025**
- Nível de confiança: **95,0%**
- Estimativa de população: **50,0% (p)**

Aplicando a fórmula acima mencionada:

$$m = ((1.96)^2 * 0.5 * 0.5 / (0.025)^2) * 2 = 3\ 612 \approx 3\ 600$$

A estratificação da população visa sobretudo melhorar as estimativas para o conjunto da população e assegurar uma precisão para as estimativas dos diferentes subconjuntos da população.

O princípio do método de amostragem aleatória estratificada consubstancia na divisão do universo em grupos homogéneos denominados por estratos, na qual cada unidade pertence apenas a um estrato, procedendo a tiragem aleatória em cada estrato e de forma independente.

Para o presente estudo foram considerados dois níveis de estratos, sendo o primeiro composto por 3 estratos, nomeadamente: (i) Distrito de Água Grande; (ii) Outros meio Urbano; e (iii) Meio Rural, constituindo os domínios de estimação e, o segundo nível corresponde a subdivisões geopolíticas, ou seja, os "Distritos" da Ilha de São Tomé e a Região Autónoma do Príncipe.

I.6.4 Modalidade de Tiragem

O método utilizado para a tiragem das unidades primárias e secundárias da amostra foi feita em duas etapas diferentes, ou seja, procedeu-se a amostragem multi-etápica, sendo:

Estrato 1: Distrito de Água Grande (Urbano)

- A tiragem sistemática das **24** Áreas de Enumeração (**AE**) na primeira etapa, com probabilidade igual.
- A tiragem sistemática de **50** Agregados Familiares (**AF**), ou seja, os alojamentos, na segunda etapa em cada área de enumeração previamente seleccionada, após a actualização da listagem dos agregados, com probabilidade igual.

Estrato 2: Outros Meio Urbano

- A tiragem sistemática das **10** Áreas de Enumeração (**AE**) na primeira etapa, com probabilidade igual.
- A tiragem sistemática de **120** Agregados Familiares (**AF**), ou seja, os alojamentos, na segunda etapa em cada área de enumeração previamente seleccionada, após a actualização da listagem dos agregados, com probabilidade igual.

Estrato 3: Meio Rural

- A tiragem sistemática das **30** Áreas de Enumeração (**AE**) na primeira etapa, com probabilidade igual.
- A tiragem sistemática de **40** Agregados Familiares (**AF**), ou seja, os alojamentos, na segunda etapa em cada área de enumeração previamente seleccionada, após a actualização da listagem dos agregados, com probabilidade igual.

Os procedimentos para tiragem das 64 A.E. ($a = 64$), de entre as 149 A.E. ($A = 149$), obedeceram os seguintes critérios (em anexo o detalhe dos cálculos):

- a) Em função do total de agregados familiares em cada estrato, calculou-se o intervalo de selecção da seguinte forma: $I = M_h/a_h$, sendo, o estrato 1 com o valor de **608,5**, o estrato 2 com o valor de **634,9** e o estrato 3 com o valor de **637.2**;
- b) Para o caso do estrato 1, seleccionou-se aleatoriamente de entre o intervalo de **1 à 608** o número **555** (Ponto de Partida Aleatória - PPA);
- c) Seleccionou-se a 1ª área com a dimensão superior ou igual ao número escolhido como **PPA**;
- d) Seleccionou-se como 2ª área, a que apresentar uma dimensão acumulada superior ou igual ao número seleccionado aleatoriamente, adicionado ao intervalo de selecção determinado.
- e) Repete-se a operação d) até obter as áreas a seleccionar ($a = 64$), ou seja, **24** para o estrato 1, **10** para o estrato 2 e **30** para o estrato 3.

O cálculo da probabilidade da selecção de uma determinada zona é dado através da seguinte fórmula: $P_i = a_h * M_{hi}/M_h$. Por exemplo: no caso da selecção da 1ª

área para o estrato 1, calculou-se a probabilidade da seguinte forma: $P_i = 24 * 242/14 604 = 0,398$. Segue-se em anexo três tabelas que ilustram as respectivas áreas de enumeração seleccionadas segundo a estratificação definida.

Os procedimentos de selecção das unidades secundárias da amostra, ou seja, os alojamentos incluindo agregado familiar residente, foi na base da listagem dos agregados familiares actualizada, utilizando métodos científicos para seleccionar aleatoriamente estas unidades.

1.6.5 Principais Fórmulas de Estimação

As informações recolhidas através do inquérito por amostragem, é indispensável determinar as principais fórmulas de estimação do total, da média e a proporção de uma variável. O mais importante parâmetro a ser calculado é o coeficiente de ponderação espacial. O seu cálculo varia consoante o plano de sondagem implementado.

Cálculo da probabilidade da selecção da área de enumeração

A probabilidade para que uma área de enumeração (A.E.) seja seleccionada é dada através da seguinte fórmula:

$$P_{1i} = a \frac{M_i}{\sum M_i}$$

Onde,

a = Número da Área de Enumeração (A.E.) seleccionada;

M_i = Número do Agregado Familiar (A.F.) na A.E. em 2001.

Cálculo da probabilidade da selecção do agregado familiar

A probabilidade para que um agregado familiar numa determinada A.E. seja seleccionado é dada através da seguinte fórmula:

$$P_{2i} = \frac{n_0}{M'_i}$$

Onde,

n₀ = N.º fixo de AF seleccionados em cada AE definida (25, 60 e 20);

M'_i = Número do Agregado Familiar (AF) na AE em 2004.

Cálculo da ponderação espacial para cada estrato

Para cada estrato será procedido a tiragem com probabilidade igual e, calcular-se-á factor de extrapolação para cada estrato (h) da seguinte forma:

$$W_h = \frac{N_h}{m_h} \times \frac{1}{n}$$

Este coeficiente de ponderação de base deve ser reportado para cada ficheiro de dados.

Enquanto que, para cada área de enumeração (h,i) o cálculo do coeficiente de ponderação será através da seguinte fórmula:

$$W_{hi} = \frac{N_h}{m_h N_{hi}} \times \frac{N_{hi}^*}{n}$$

NB: A tiragem das áreas de enumeração em primeiro grau foi baseada na actualização de todas as unidades primárias do País em Fevereiro de 2005. Entretanto, o inquérito só teve lugar em Novembro de 2005, o que deve-se considerar normal tendo em conta que não se registará grandes mudanças entre (N_{hi}) e (N*_{hi})

Nos ficheiros de seguimento administrativos e análise dos resultados do inquérito, para fins do cálculo coeficiente de ponderação, será tomado em conta, para cada área de enumeração (h,i) as seguintes anotações:

- m_h, N_{hi}, N*_{hi}, n*_{hi}, onde h é o índice do estrato e índice da A.E. dentro do estrato, e
- m_h = número de A.E. seleccionados no estrato (h)
- N_h = número do agregado familiar (AF) registado na base de sondagem RGPH01, para o estrato (h)
- N_{hi} = número do agregado familiar (AF) registado na base de sondagem RGPH01, para a área de enumeração (h,i)
- N*_{hi} = número do agregado familiar (AF) efectivamente enumerado por área de enumeração (h,i) mais próximo do inquérito
- n*_{hi} = número do agregado familiar (AF) efectivamente interveniente e presentes no inquérito (inquiridos), por área de enumeração (h,i). O ideal n*_{hi} (n) é fixado um número idêntico para cada área de enumeração (h,i) : 50 para o estrato1, 120 para o estrato2 e 40 para o estrato3

Em conclusão, para este inquérito o coeficiente de ponderação de área de enumeração (A.E.) será idêntico para cada estrato.

Este coeficiente de ponderação de base será reportado para cada ficheiro de dados, ou seja, os Agregados Familiares, os Indivíduos e as Crianças.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO INQUÉRITO

A abordagem deste sub capítulo passa pela descrição sintética da estrutura executiva e operacional, a estratégia de sensibilização usada, a formação do pessoal de terreno e os digitadores, o desenvolvimento da operação de recolha de dados no terreno e, finalmente, o controlo da qualidade de recolha.

1.7.1 Estrutura Organizacional

Em termos estruturais, para além da unidade de coordenação assumida pelo Director-Geral do INE e Coordenador Técnico do Projecto, bem como a administração, foi criada uma equipa técnica composta por 4 técnicos do INE, mais o consultor nacional no domínio de informática. Estes quadros nacionais desenvolveram as suas acções ao longo de 10 meses aproximadamente.

Por outro lado, a operação de recolha de dados contou com a equipa de terreno, constituídas por vários agentes de terreno, dentre os quais, os supervisores (4), os controladores (5), os inquiridores (24) e os estafetas distritais (10), bem com 4 motoristas de terreno mais 2 na administração.

De igual modo, o projecto contou com uma assistência técnica internacional efectuada por dois Consultores do Banco Mundial, através de várias missões à São Tomé e Príncipe; pontualmente orientaram os quadros nacionais na execução desta tão importante operação.

1.7.2 Estratégia de Sensibilização

Geralmente a sensibilização da população constitui a maior garantia do sucesso para qualquer tipo de operação estatística que se pretende efectuar junto às comunidades.

Com efeito, no âmbito do QUIBB-2005 adoptou-se uma campanha de publicidade junto às comunidades, através dos estafetas distritais, agentes estatísticos a nível dos distritos, e dos órgãos de comunicação social, nomeadamente a Rádio Nacional (RNSTP) e a Televisão São-tomense (TVS), que produziram "*spots publicitários*" sobre o evento, para além da cobertura diária efectuada pela rádio.

Para a difusão e divulgação dos resultados do QUIBB-2005, prevê-se a realização de um seminário de disseminação dos dados, dirigido particularmente aos decisores, membros da sociedade civil e a todos os utilizadores dos dados estatísticos.

1.7.3 Formação do Pessoal

Trata-se da etapa fundamental para a preparação de uma operação estatística, tendo em conta o seu impacto na qualidade dos dados que se pretende recolher. Por isso é indispensável consagra-la tempo e meios necessários para garantir uma adequada capacidade aos agentes do terreno e aos digitadores.

A formação desenrolou-se sob orientação de 6 técnicos do INE, durante um período de 2 semanas de Outubro de 2005. Esta acção de formação foi dirigida a 37 formandos, no intuito de seleccionar 5 controladores, 24 inquiridores (incluindo 4 suplentes) e 6 agentes de tratamento de dados.

Esta formação dirigida aos agentes de terreno e tratamento de dados compreendeu basicamente dois seguintes aspectos:

- Apresentação dos instrumentos de recolha e manual, incluindo sobretudo acções teóricas relacionados com instruções sobre o preenchimento do questionário;

- Realização de acções práticas com vista o preenchimento correcto do questionário. Os formandos foram submetidos a um teste, efectuando deslocações ao terreno, durante três dias, com vista a recolherem dados junto a algumas famílias seleccionadas.

Com a avaliação prática e teórica que foram submetidos, permitiu aos formadores finalmente, de entre os 37 formandos, seleccionarem os 5 controladores, 20 inquiridores e 6 agentes de tratamento de dados.

1.7.4 Operação de Recolha

A operação de recolha de dados decorreu de 31 de Outubro a 22 de Dezembro de 2005, onde foram utilizado 5 equipas de terreno composto por 5 agentes, nomeadamente 1 controlador e 4 inquiridores, sob orientação de 4 supervisores, perfazendo um total de 29 intervenientes neste processo de recolha de dados.

Para além deste pessoal de terreno formado no INE com o objectivo de actuar no terreno respeitando os critérios técnicos para a utilização do método de entrevista directa junto aos inquiridos, tomaram parte no evento 10 estafetas distritais que apoiaram os agentes na localização das casas seleccionadas.

1.8 TRATAMENTO DOS DADOS

Pensando no problema de tratamento de informação, o INE recorreu a novas tecnologias de *leitura óptica de documentos (Scanning)*, de maneira a suportar o tratamento informático dos dados do QUIBB 2005.

Implicando assim um ganho de tempo considerável no tratamento dos dados e redução dos custos com a digitação. O tratamento informático dos dados começou 2 semanas depois do início da recolha dos dados o que permitiu terminar dentro do tempo o tratamento dos dados.

Os dados recolhidos durante o QUIBB 2005 estão contidos em cerca de:

- 3.599 Questionários dos agregados familiares
- 16.439 Indivíduos
- 2.329 Crianças

O tratamento dos dados pode descrever-se da forma seguinte:

- a) Verificação dos 3599 questionários;
- b) *Scanning* de questionários (35.990 páginas A4), não excedendo os 50 dias;

Materiais usados:

- 1 Scanner
- 3 Postos de validação/correção, em dois turnos diários

Recursos humanos usados:

- 5 Agentes de tratamentos
- 1 Técnico de apoio informático

O plano de tabulação constituído de 84 quadros de base agrupados em seis séries, composta por um conjunto de indicadores que servirão a alimentar o DRSP

No QUIBB-2005, fez-se um grande esforço com a utilização de tecnologias que permitam antecipar significativamente o tempo de disponibilidade dos dados, 2 semanas após o término da recolha dos dados no terreno (quadros de base do QUIBB para os analistas).

Deste modo foi grande a expectativa de disponibilização dos resultados definitivos em prazos significativamente curtos em comparação com os outros inquéritos realizados até então no INE-STP.

É nesta óptica que se deverá criar uma equipa pluridisciplinar para a concepção de uma nova aplicação informática para melhor usufruir das vantagens dos inquéritos usando a leitura óptica. Sendo assim direccionada aos futuros inquéritos da instituição.

Capítulo II CARACTERÍSTICAS SÓCIO DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO

II.1 INTRODUÇÃO

O conhecimento da caracterização dos membros do agregado familiar numa população é indispensável para o desenvolvimento de um país. Não é possível organizar uma sociedade, sem que existam dados sobre o conjunto de pessoas que a constituem, a sua estrutura e a repartição espacial.

O fenómeno de orfandade ou das crianças abandonadas é um problema social que deveria merecer melhor atenção das autoridades do país, como forma de evitar o surgimento de meninos da rua.

Não existem leis nem estruturas para proteger e abrigar crianças desta categoria, embora tivessem surgido algumas ONG vocacionadas para o efeito.

A Lei da família protege crianças de pais com dificuldades ou impossibilidade de poderem atender de forma mais conveniente aos filhos e omite qualquer informação sobre os órfãos ou crianças abandonadas.

Depara-se com duas situações completamente distintas. Por um lado, crianças órfãs e por outro, crianças mono - parentais, isto é, em que um dos pais não vive no agregado familiar.

Este capítulo trata da repartição espacial da população, sua estrutura por grupo etário e sexo, situação matrimonial, tamanho médio do agregado, principais características do chefe do agregado e a contribuição dos membros no rendimento do agregado.

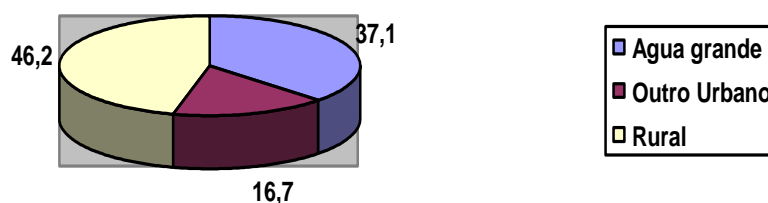
Não existindo um conceito claramente definido da população da zona urbana e Rural, optou-se por considerar como população urbana, os residentes no distrito de Água Grande e nas cidades distritais. Tudo o resto foi considerado como sendo população da zona Rural.

II. 2 REPARTIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Dos 3600 agregados seleccionados, permitiu estimar o efectivo da população de S. Tomé e Príncipe em cerca de 152.742 habitantes.

Em termos de meio de residência constata-se que 37.1% da população vive no distrito de Agua Grande, onde situa a capital do país, 16.7% vive nos outros meios Urbanos e 46.2% vive no meio Rural, de acordo com o gráfico nºII.1. Deste facto nota-se que, mais da metade da população (53.8%) vive no meio Urbano, o que confirma a tendência urbana da população São-tomense.

Gráfico II.1- Repartição Espacial da população

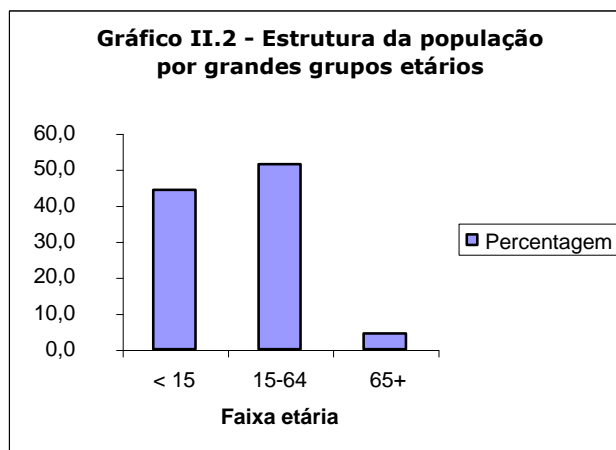


II 3 ESTRUTURA DA POPULAÇÃO POR GRUPO ETÁRIO E SEXO

De acordo com os dados do estudo, a estrutura da população por sexo está desequilibrada na medida em que a população do sexo feminino constitui mais do que a metade da população total. As mulheres representam 51,3% da população total contra 48,7% do sexo masculino.

Durante os anos entre 1940 a 1970 a proporção dos homens foi sempre superior ao das mulheres. A situação inverte-se na década 80, em que a percentagem dos homens correspondia a 49,7% de contra 50,3% das mulheres. De 1991 a 2001 (último censo) a tendência manteve-se para maior equilíbrio na estrutura sexual, as mulheres representaram 50,4% da população total.

Relativamente a estrutura da população por grandes grupos etários é de realçar que a população São-tomense continua jovem com 44,2% de indivíduos com menos de 15 anos. O grupo etário dos 15 a 64 anos e mais de 65 anos representam 51,4% e 4,4% respectivamente, conforme o seguinte gráfico.



A estrutura por grupo etário da população permite calcular a relação de dependência.

A relação de dependência determina o número de pessoas inactivas, que são suportadas pelas pessoas na idade de trabalhar (15-64 anos).

Assim, em São Tomé e Príncipe a relação de dependência é bem elevada. Essa relação corresponde a 90% para o total da população. Isto quer dizer que cerca de 90% do total da população depende dos que trabalham.

Este índice mantém-se igual independentemente do sexo do chefe do agregado de acordo com a tabela nº 1.12 em anexo.

A distribuição por meio de residência mostra que a relação de dependência também é a mesma para a zona Rural e Outros Urbano (0.9). Em Água Grande este índice é menor que a incidência nacional, ele corresponde a (0,8).

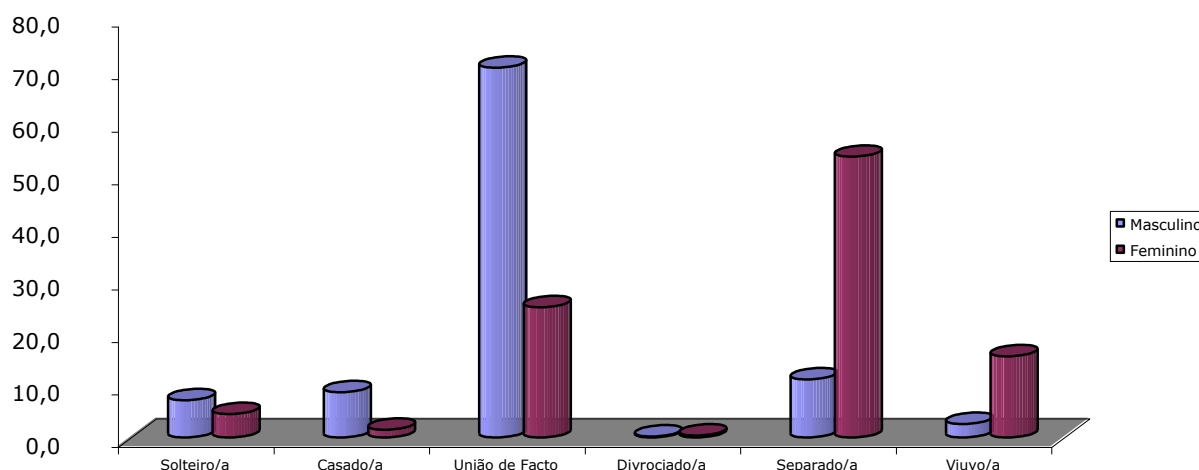
É importante sublinhar que existem diferenças significativas na relação de dependência quanto ao grupo sócio económico. Ela varia de (0.7) para o trabalhador do sector público a (1.1) para os Sem Emprego.

II.4 SITUAÇÃO MATRIMONIAL

Em São Tomé e Príncipe a maior parte da população vive maritalmente.

Do total dos chefes do agregado familiar, 53,7% estão em união de facto, 26,6% estão separados e 6% são casados, de acordo com o gráfico; e o quadro nº1.7- Repartição dos agregados segundo as características do chefe do agregado familiar em anexo. Constata-se também que do total dos separados, 53,5% chefes de família são do sexo feminino contra 11.1% do sexo masculino. Cerca de 25% de mulheres em união de facto são chefes de agregados familiares, enquanto que os homens representam 70%. A percentagem das senhoras viúvas chefes de famílias é superior a de viúvos, 15% contra 2.6%.

Gráfico II.3 - Situação Matrimonial



O peso de homens a chefiar famílias é muito forte para os Casados (91%), Pessoas em União de Facto (81%) e solteiros (73%). A situação inverte-se para as restantes categorias, em que os chefes dos agregados familiares são predominantemente femininos; sendo divorciadas (52.4%), separadas (73.6%) e viúvas (77.6%).

II.5 ÓRFÃOS E CRIANÇAS ABANDONADAS

As crianças que perderam os pais correspondem 0,3% do total das crianças com menos de 18 anos, sendo órfãs de mãe 1% e de pai 3,5% como se pode observar no quadro 1.16 em anexo.

Ao nível do meio de residência a taxa de orfandade é mais alta no Urbano (0,6%) que no Rural (0,2%).

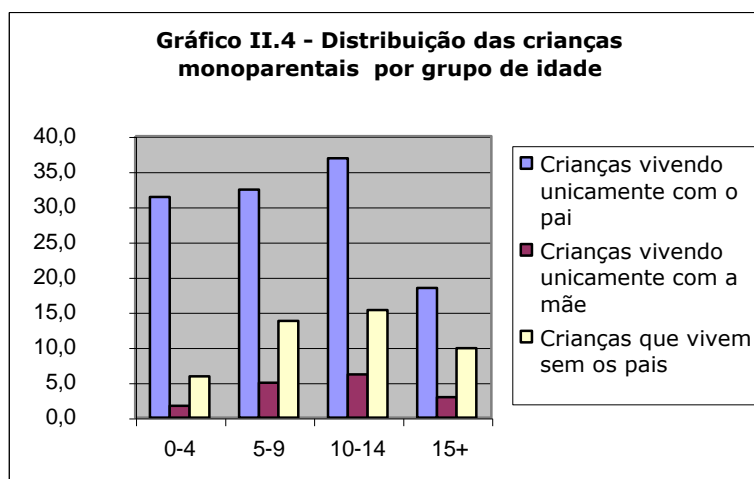
Encontra-se mais crianças órfãs no grupo etário dos 10 - 14 anos, sendo 1.6% órfãos de mãe, 5.9% de pai e 0.7% para os dois casos.

Entretanto existem cerca de 11,1% do total de crianças com idade inferior aos 18 anos que não vivem com os pais, dos quais 29,7% vivem unicamente com o pai e 3,9% vivem só com a mãe. A outra parte pensa-se que vive com outros parentes ou mesmo em famílias sem nenhuma relação de parentesco, o que é muito frequente em São Tomé e Príncipe.

Relativamente ao Meio de residência verifica-se que a maior parte dessas crianças (12.7%) vive no Meio Urbano contra 9.4% no Rural.

Não existem grandes disparidades entre o sexo, 10,6% para masculino e 11,7% para feminino.

O fenómeno de "abandono" aumenta com a idade. Até aos 14 anos a percentagem ronda os 30% atingindo 37% para a faixa dos 10-14 anos, e baixa para metade, cerca de 18,4% para as crianças com idade superior aos 14 anos como se pode observar no gráfico II.4.



No total das crianças que recebem regularmente a visita dos seus pais, verifica-se que 45.3% vivem no meio Rural, 40.9% em Agua Grande e 13.8% no Outro Urbano

Em relação ao grupo etário, observa-se que elas recebem mais visita dos pais (30%) quando são menores de 10 anos. Entre os 10-14 anos a taxa de visita do pai é de 23% e diminui quando a criança atinge mais de 15 anos (16.3%).

II.6 TAMANHO MÉDIO DO AGREGADO

O tamanho médio do agregado no país é estimado em 4.5 pessoas. O número de pessoas por agregado é mais elevado no meio Urbano (4.8) que no meio Rural (4.4).

É importante sublinhar que os agregados dirigidos por homens são sempre maiores em relação aos agregados chefiados por mulheres. O tamanho médio do agregado em que o chefe é do sexo masculino é de 4.6 contra 4.4 quando o agregado é dirigido por uma mulher.

II.7 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO CHEFE DO AGREGADO

II.7.1 Perfil dos chefes do Agregados

Do total dos chefes dos agregados familiares verifica-se que 63.4% são dirigidos por homens contra 36.6% dirigidos por mulheres.

É no distrito de Agua Grande onde se encontra mais mulheres chefes dos agregados (44.1%) contra (33,4%) do sexo masculino.

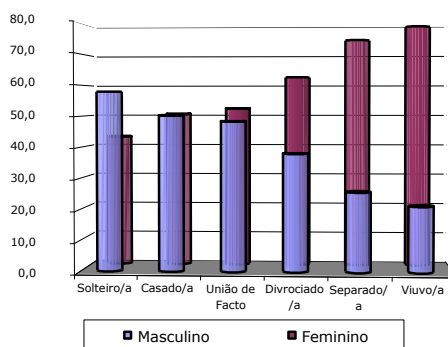
Relativamente ao grau de parentesco, é de salientar que cerca de 90% de pessoas que vivem em agregados dirigidos por mulheres, são (Filho/Filha) do chefe do agregado contra 10% dos que vivem em lares dirigidos por homens.

Encontra-se mais Pais (85%) a viverem com as filhas chefes dos agregados do que com os filhos a chefiarem lares.

Para as Crianças menores de 15 anos e Outros Parentes, cerca de 51% residem em agregados de chefes masculinos e 49% em famílias chefiadas por senhoras. As pessoas Sem Grau de Parentesco vivem mais em lares dirigidos por mulheres (56%).

No que se refere a situação matrimonial, de acordo com a tabela 1.14 em anexo e o gráfico II.6, constata-se que o maior peso das senhoras chefes dos agregados são viúvas e separadas, correspondendo a 79% e 74.5% respectivamente.

Gráfico II.5 - Distribuição dos chefes dos agregados de acordo com a situação matrimonial



A distribuição em relação ao grupo sócio económico mostra que são nas categorias dos Trabalhadores por Conta Própria (36%) e Desempregados e Inactivos (28,4%) que se encontram mais mulheres chefes de agregado. Em todos outros grupos a percentagem de homens a chefiarem famílias é sempre superior, com destaque para lares dirigidos por Pescadores por Conta Própria em que a percentagem feminina é quase nula (0,1%).

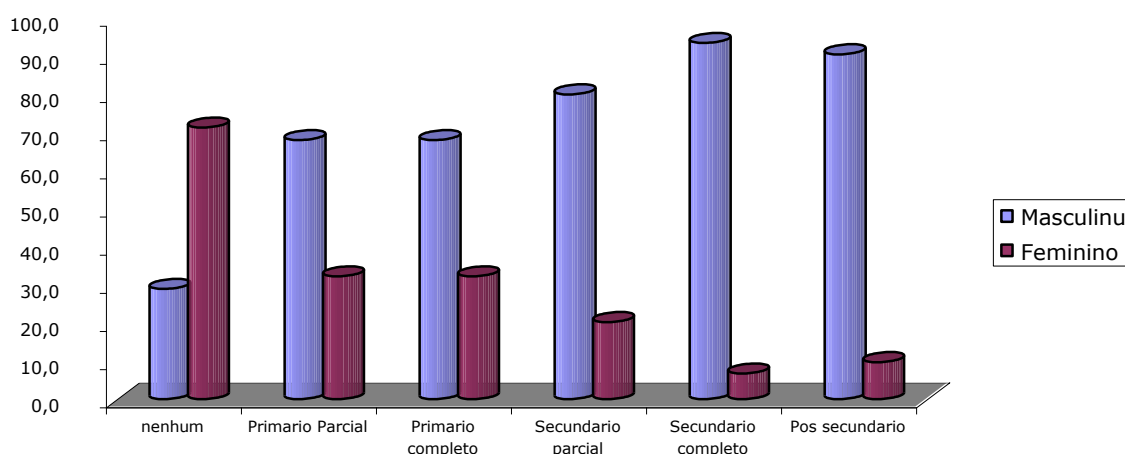
Quando se observa em termos de grupo de idade nota-se que a partir dos 40 anos a percentagem das senhoras chefe de família é maior que a dos homens. Na faixa dos 60 anos e mais a proporção feminina a chefiar lares atinge 28,4%.

II.7.2 Instrução e Alfabetização

Com relação ao nível de instrução e alfabetização, verifica-se que a percentagem dos homens é sempre superior para todos os níveis de instrução. Cerca de 71.2% de chefes de agregados sem instrução são as mulheres contra 28.8% de homens.

De acordo com os dados constata-se que 32.2% dos chefes dos agregados que completaram o nível primário são mulheres; enquanto que para os que completaram o nível secundário 6.7% são mulheres contra 93% dos homens chefe dos agregados. Entretanto cerca de 10% dos chefes com Pós Secundário são senhoras, como se pode observar no gráfico:

Gráfico II.6 - Repartição do chefe dos agregados segundo o nível de instrução



II.8 CONTRIBUIÇÃO DOS MEMBROS NO RENDIMENTO DO AGREGADO

Do total dos membros do agregado, o Chefe do agregado é o que mais contribui no rendimento familiar, cerca de 80%. O Outro Parente concorre com 12.4%, em seguida o cônjuge (5%) e as crianças (3%).

Relativamente ao Meio de residência o comportamento é semelhante a média nacional tanto na zona Urbana como Rural.

A ajuda de Outro parente no rendimento familiar é significativa, atingindo 26,7% para as famílias de 1-2 membros

A contribuição do cônjuge vai aumentando a medida que amplia o tamanho do agregado, varia de 1.4% para famílias de 1-2 membros contra 8.7% para agregados com membros superiores a 7.

Relativamente ao Grupo sócio económico, verifica-se que em todas as categorias o Chefe do agregado é o que mais contribui como já dito acima, a excepção dos Desempregados e Inactivos, em que a participação de Outro Parente é forte. Este último é o que mais colabora no rendimento familiar (61%) dos Chefes Desempregados e Inactivos, seguido do Chefe com 18%, crianças com 12.5% e por ultimo o cônjuge com cerca de 8%. Embora com uma percentagem muito insignificativa, as pessoas Sem Laços de Parentesco também contribuem como se pode observar no quadro II.7

Quadro II.7 Contribuição dos Membros no Rendimento Familiar

Grupo socio económico	Chefe	Esposo(a)	Crianças	Outro Parente	Sem Parentesco
Trabalhador do sector publico	91,0	6,2	0,9	1,9	0,0
Trabalhador do sector privado	92,3	4,5	0,5	2,7	0,0
Agregado/Individuo (E. Domestico)	91,5	3,0	0,4	5,2	0,0
TCP Agricultura	90,0	4,9	2,7	2,4	0,0
TCP Pesca	96,9	1,5	0,9	0,6	0,0
TCP Outros	88,5	4,4	1,6	5,5	0,0
Sem emprego	18,4	7,6	12,5	61,1	0,4

As mulheres chefes dos agregados colaboram com cerca de 65% no rendimento dos seu agregado, enquanto que os respectivos maridos e os filhos contribuem com a mesma percentagem, o resto vem por parte de Outro Parente (23.5%).

II.9 CONCLUSÕES

Em são Tomé e Príncipe permanece a desigualdade do ponto de vista sócio demográfico da população São-tomense.

A estrutura da população por sexo, em São Tomé e Príncipe, tem sofrido alterações.

De acordo com os dados do Estudo, as mulheres constituem um pouco mais de metade da população (51,3%), ligeiramente superior em relação ao censo de 2001. A metodologia utilizada para a recolha dos dados foi por amostragem, o que implica uma margem de erro.

A população continua a concentrar-se mais na zona Urbana (53,8%).

A estrutura por idade da população permanece com a mesma tendência verificada no censo 2001, aumenta o efectivo dos 15-64 anos.

A união de facto insiste ser o tipo de relação predominante (53,7%).

As mulheres chefes de agregado familiar constituem 36,6% do total dos chefes de famílias dos quais; divorciadas (52%), separadas (74%), e viúvas (78%).

Relativamente ao grupo sócio económico é nas trabalhadoras por conta própria (36,6%) e Desempregadas e Inactivas (28,4) que se encontram mais mulheres chefes de agregado.

Do total das crianças menores de 18 anos, existem cerca de 11% que não vivem com os pais. Dessas crianças cerca de 60% não vivem com pai nem com a mãe, o que demonstra a percentagem das crianças que vivem fora do seu agregado familiar.

Este problema social deve merecer maior atenção por parte das autoridades do país como forma de se evitar o aumento do número dos "meninos da rua".

A maior parte dos filhos (90%) vive com as mães chefes de família.

O Nível de Instrução permanece mais alto nos homens, cerca de 71% chefes de agregado sem instrução são mulheres, contra 29% homens. Medidas devem ser tomadas pelas autoridades no sentido de se inverter essa situação.

Capítulo III SAÚDE E NUTRIÇÃO DAS CRIANÇAS

III.1 INTRODUÇÃO

Um dos aspectos de bem-estar do agregado familiar é a possibilidade de ter acesso aos cuidados médicos quando forem necessários. Assim, uma atenção particular deve ser dada a alguns indicadores básicos de saúde como acesso aos serviços de saúde, a frequência de utilização dos serviços de saúde e a satisfação no que diz respeito aos serviços fornecidos.

Um agregado é considerado como tendo acesso a um serviço de saúde se estiver situado a menos de 30 minutos do estabelecimento sanitário, indo a pé.

A necessidade de um serviço de saúde é definido por pessoas doentes ou acidentadas ao longo das quatro ultimas semanas precedentes ao inquérito.

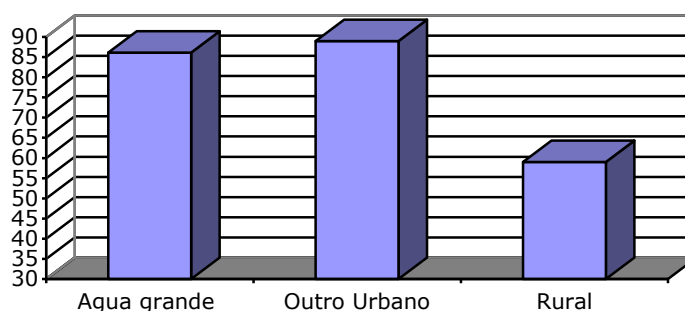
A satisfação dos serviços de saúde é definida por pessoas que foram consultados por um agente de saúde, um curandeiro ou massagista, ao longo das quatro ultimas semanas precedentes ao inquérito, e não tiveram nenhuma razão de descontentamento no momento da visita.

Um outro indicador que deve ser mencionado quando se trata da saúde é a questão da saúde materna infantil mais concretamente os cuidados pré-natal, a nutrição das crianças e a taxa de cobertura vacinal.

III 2 ACESSO AO SERVIÇO DE SAÚDE

Verifica-se que no total, 74.1% dos agregados que vão a pé a uma unidade sanitária mais próxima o fazem em menos de 30 minutos. Quando se observa, em relação ao meio de residência, constata-se que o meio Rural tem a taxa mais baixa (59%), em relação a Agua Grande e Outro Urbano que têm respectivamente 86.1% e 88.9%.

Gráfico III.1 - Repartição do agregado com acesso ao Serviço de Saúde por Estrato



III.3 SERVIÇO DE SAÚDE E TIPO DE DOENÇAS

III.3.1 Necessidade de um Serviço de Saúde e Tipo de Doenças

Nesse sentido retém-se que 18.7% dos agregados tiveram necessidade de um serviço de saúde. Em termos do meio de residência, nota-se que os agregados tiveram maior necessidade de um serviço de saúde no outro urbano 20.0%. No meio rural 17.9% dos agregados tiveram necessidade e 19% em Agua Grande.

Com relação, aos grupos sócio-económico, retém-se que na categoria dos desempregados e inactivos 27.1% dos agregados recorreram a um serviço de saúde, 21.5 %dos agregados/indivíduos tiveram necessidade. Os que menos tiveram necessidades foram os trabalhadores por conta própria da agricultura e da pesca com 15.2% e 15.5%. respectivamente. Para as outras categorias a diferença não é significativa.

A necessidade é mais profunda nas mulheres (20.9%) e aumenta com idade a partir de 10 anos. Mas, verifica-se que a necessidade é mais importante para os que têm mais de 60 anos (38.9%) seguidos das crianças de menos de 5 anos (22.1%).

Dentre os 18.7% dos agregados que tiveram necessidade de um serviço de saúde por varias razões, verifica-se que o paludismo aparece como a primeira razão a 5.4%, seguido de doenças respiratória e do reumatismo com 2.4% e 1.9% respectivamente.

O reumatismo constitui a doença mais importante para os indivíduos com mais de 60, anos (24.7%), precedido por doenças hiper-tensivas 14.4%. Nas crianças de menos de 5 anos consta-se uma maior predominância do paludismo ao mesmo titulo que os adultos (5.4%). Em relação as outras doenças a frequência é quase a mesma que nos outros grupos etários.

III.3.2. Razão de Não Consulta dos Doentes

O objectivo desta secção é de analisar todas as pessoas que não consultaram um agente de saúde durante as ultimas quatro semanas anteriores aos inquéritos, mesmo tendo um problema de saúde ou tendo sofrido um acidente.

Entre os indivíduos que declaram não consultar um agente de saúde nas últimas quatro semanas precedentes ao inquérito a maioria diz não ter necessidade (85.1%) e somente 5.1% declarou ter feito auto medicação.

Se observamos a razão de não consulta com o tipo de doença, verifica-se que independentemente do tipo de doenças a pratica de auto medicação aparece como a razão mais importante da não consulta. Por exemplo, 80.9% dos indivíduos sofrendo com paludismo e não foram a consulta, praticaram auto medicação, e 10.3% dos mesmos não fizeram consulta por falta de dinheiro. Para os indivíduos que sofrem do alcoolismo, 54.2% declaram não ter necessidade de uma consulta e 32.3% dentre eles efectuaram a auto medicação.

Todos os indivíduos que declararam sofrer agressão, e que não fizeram consulta, praticaram auto medicação. A outra razão que leva esses indivíduos a não efectuarem uma consulta medica é a falta de dinheiro, assim eles são 18.6% a afirmarem que a falta de dinheiro é razão da não consulta.

III.4. UTILIZAÇÃO E TIPO DE SERVIÇO DE SAÚDE

III. 4.1 Utilização de um Serviço de Saúde

Considerou-se para o estudo, pessoas doentes, acidentadas ou sãs que foram consultadas por um agente de saúde; por um curandeiro ou por um massagista; por uma razão qualquer ao longo das quatro ultimas semanas anteriores ao inquérito.

No total, 14.9% dos indivíduos utilizaram um serviço de saúde nas quatro ultimas semanas. A taxa de utilização não varia muito entre os diferentes meios de residência; é no meio Outro Urbano que a utilização é um pouco mais alta (16.1%). Relativamente aos grupos socio-económicos, sobressai os desempregados e inactivos com uma taxa de utilização de 19.8%.

As mulheres são as que mais utilizam (17.2%), sendo as que mais necessitam de um serviço de saúde

Quanto ao grupo etário, os que mais utilizam são os idosos (28.2%), seguidos de crianças com de menos de 5 anos (19.0%). Verifica-se que depois dos 15 anos a taxa de utilização aumenta com a idade.

III.4.2 Tipo de Serviço Utilizado

No total dos indivíduos que utilizaram um serviço de saúde, nas últimas quatro semanas precedentes ao inquérito, 35.6% utilizaram o posto médico, 32.6% recorreram ao Hospital, 9% foram ao centro de saúde e 6.8% à clínica Em contrapartida, os menos utilizados foram: os curandeiros (0.2%), as farmácias (1.2%) e os massagistas (1.9%).

A taxa de utilização continua forte nos hospitais e nos postos de saúde, em qualquer um dos meios de residência. Verifica-se que a taxa de utilização dos hospitais é mais alta no meio Urbano (Agua Grande). Enquanto que a utilização do posto médico é mais alta no meio Rural.

Nota-se que a taxa de utilização de um Centro de saúde é duas vezes mais elevadas nos Outros Urbanos que no meio Rural

Para os outros tipos de serviços a taxa de utilização é baixa independentemente do meio de residência e do grupo sócio-económico.

Nos grupos sócio económicos a taxa de utilização varia de uma categoria a outra. Os trabalhadores do sector privado e agregado/indivíduo utilizam mais os postos médicos, sendo a taxa de 41.4% e 39.4% respectivamente. O hospital é bastante utilizado por todo o grupo sócio económico; com destaque para os trabalhadores por conta própria do sector de pesca com 48.2% e os desempregados inactivos com 42.3%

III 5. SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO SERVIÇO DE SAÚDE

De uma maneira geral, a proporção de pessoas satisfeitas com o serviço de saúde atinge os 68.6%.

A taxa de satisfação não apresenta diferenças significativas em termos de meio de residência.

Quanto ao grupo sócio económico, não se verifica grandes diferenças, havendo no entanto uma particularidade no grupo dos agricultores e pescadores por conta própria (57.7% e 76.1% respectivamente).

Ao nível de sexo a taxa de satisfação é a mesma para o homem e para as mulheres, 69%.

Tanto para o meio de residência como para os grupos etários não se observa diferenças significativas.

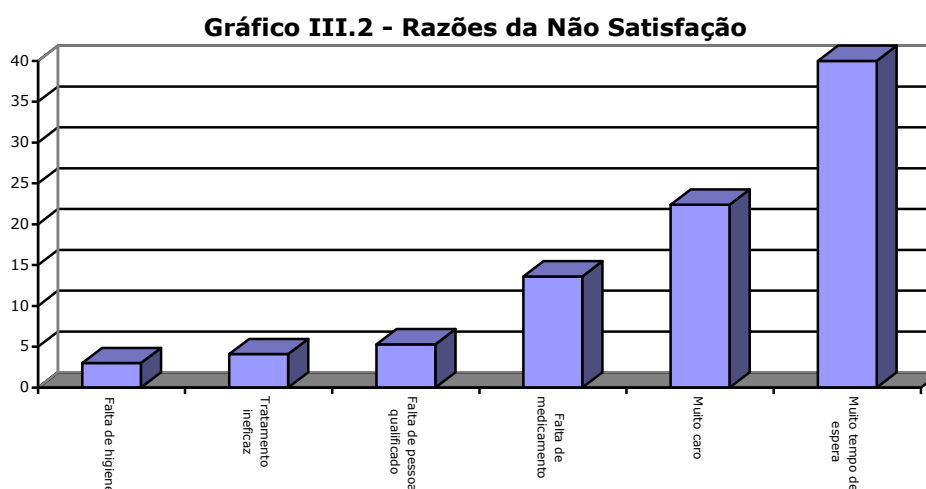
Se a taxa de satisfação é de 68.6%, os 31.4% restantes constitui a proporção dos utilizadores dos serviços de saúde que declaram insatisfeitos.

Quanto ao meio de residência, é no Outro Urbano que se encontra o maior número de descontentamento (32.1%).

Em relação ao grupo socio-económico, os agricultores por conta própria, os desempregados e inactivos e os assalariados do sector público são os maiores descontentes com aquele tipo de serviço

Verifica-se maior descontentamento nos indivíduos que fizeram tratamento nos Massagistas (46.5%), nos Hospitais e Curandeiros (37.0%), e nas Farmácias e Centros de Saúde (29.1%).

Das diversas razões da não satisfação, destaca-se o *tempo de espera* (52.2%), *muito caro* (30%) e a *falta de medicamento* (19%). Outras razões como *falta de pessoal qualificado*, *tratamento ineficaz* e *falta de higiene* atingiram menos 10%.



III 6. CUIDADOS PRÉ-NATAL E ASSISTÊNCIA DURANTE O PARTO

III. 6.1 Cuidados Pré-Natal

Os cuidados pré-natal são necessários tanto para a saúde das mães como a dos bebês. No total das mulheres dos 13 a 49 anos que tiveram um nado vivo ao longo dos últimos 12 meses precedentes ao inquérito, cerca de 70% receberam tratamento pré-natal durante a gravidez. Isso demonstra que no país muitas mulheres efectuam um acompanhamento pré natal. As mulheres do meio rural são as que mais receberam os cuidados pré-natal (71.6%), de seguida temos as mulheres de Agua Grande (65.5%) e as do Outro Urbano (64.5%).

Do total das mulheres dos 13 a 49 anos (16.4%) tiveram um nado vivo ao longo dos 12 meses precedentes ao inquérito. Constata-se que é entre os 20 a 29 anos que tiveram mais nados vivos, sendo 27% no grupo etário dos 20 a 24 anos e 30.3% nos 25 a 29 anos.

O fenómeno mãe precoce é praticamente inexistente (0.1% para os de 13 a 14 anos e 9.7% para as raparigas dos 15 a 19 anos).

III. 6.2 Assistência durante o Parto por um Profissional de Saúde

O acesso aos cuidados de saúde é elevado, sobretudo, nas estruturas de saúde pública (75.3%) seguindo-se os domicílios com 23% e a estrutura privada (parteira tradicional e enfermeira particular) com 0.9%.

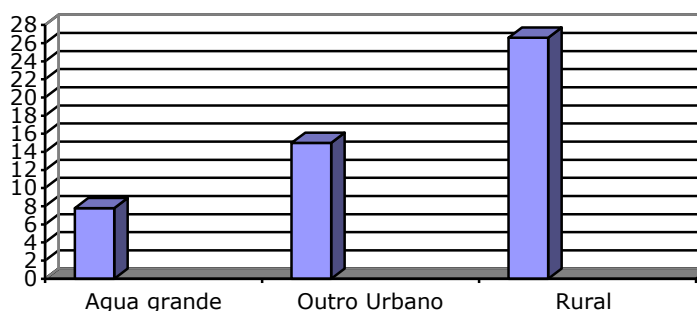
Cerca de 90% dos nascimentos foram efectuados em Agua Grande, 78.9% no Outro Urbano e 65.5% no meio Rural; sendo que nesse ultimo as crianças nascem mais nos domicílios (32.1%).

Com relação a categoria dos agentes de saúde que assistiu o parto, as enfermeiras parteiras aparecem em primeiro plano com 58.3%,

As parteiras tradicionais que assistem, normalmente, o parto nos domicílios representam cerca de 18.0%.

Quanto ao meio de residência, as parteiras tradicionais assistiram mais parto no meio Rural (26.6%), enquanto que as enfermeiras parteiras estão mais activas em Agua Grande (67%)

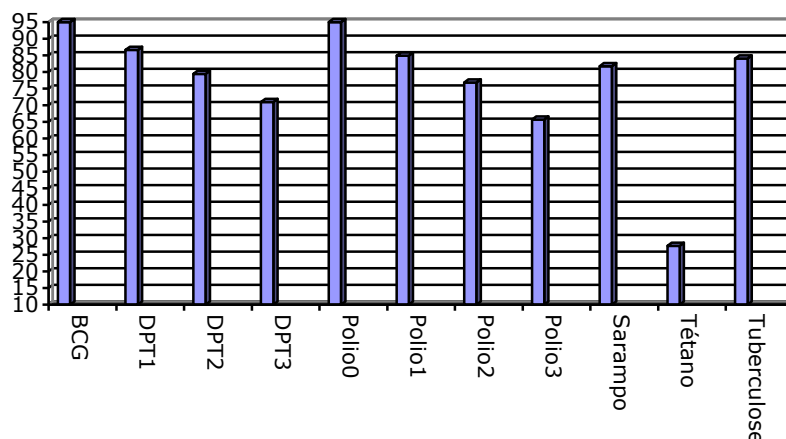
Gráfico III.3 - Proporção dos Partos Assistidos por Parteiras Tradicionais segundo o Estrato



III. 7 COBERTURA DE VACINAS NAS CRIANÇAS DE MENOS DE 5 ANOS

Em relação a cobertura de vacinas nas crianças de menos de cinco anos, constata-se que, a taxa de cobertura das vacinas é forte (70%), com excepção para o tétano (27.7%) e a Polio3 (65.7%).

Gráfico III.4 - Taxa de Cobertura segundo o Tipo de Vacina



As vacinas que devem ser efectuadas em várias doses (DPT, Tétano e Pólio) são feitas de maneira incompleta, pois a taxa de cobertura diminui com a idade da criança.

III. 8 NUTRIÇÃO E CRESCIMENTO DAS CRIANÇAS

Do total das crianças de menos de cinco anos, 7.3% beneficiaram de um programa de nutrição.

Ao nível nacional constata-se que 95.6% das crianças com menos de cinco anos seguiram um programa de crescimento.

Ao nível do meio de residência, nota-se que Agua Grande e o meio Rural apresentam uma taxa de 97%; enquanto que o Outro Urbano ronda os 90.0%

III.9 CONCLUSÕES

Quando se observa os nossos indicadores de saúde verifica-se uma tendência para o equilíbrio.

Desta análise pode-se deduzir que a taxa de utilização de um Centro de saúde é duas vezes mais elevada nos Outros Urbanos do que no meio Rural, o que justifica a necessidade de construir mais centros de saúde nas localidades rurais.

Muitas foram as razões que levaram os nossos inquiridos a não efectuarem uma consulta. Independentemente do tipo de doença, a auto-medicação foi muito praticada, sobretudo para os que tiveram o paludismo.

Quanto a taxa de satisfação do serviço de saúde é de realçar que ela é significativa.

Com relação a taxa de cobertura das estruturas sanitárias como a maternidade, verifica-se que a maioria dos partos é efectuada em Água Grande, seguido do Outro Urbano e por fim do meio Rural, tendo em conta que neste último as crianças nascem mais nos domicílios

É por falta dessas estruturas que as mulheres dão à luz nas suas respectivas residências, pondo em risco as suas próprias vidas e as dos seus bebés. Sendo assim, recomenda-se a construção de centros de saúde e de maternidades nas diversas localidades.

Em matéria de cobertura vacinal nas crianças, nota-se uma taxa de cobertura relativamente forte, sendo contudo um pouco mais baixa no Outro Urbano.

Capítulo IV. EDUCAÇÃO

IV 1 INTRODUÇÃO

A Educação influencia directa e seriamente em todos os aspectos da sociedade determinando o seu estado de funcionamento, em termos económicos, sociais, políticos, espirituais, etc.

No que toca ao QUIBB-2005 a análise é feita com base nas crianças da faixa etária dos 7 a 18 anos do ensino primário e secundário, com maior relevo para o acesso, frequência e abandono escolar; satisfação e descontentamento com o ensino, taxas líquida e bruta da educação etc.

A Alfabetização também é analisada neste capítulo. Neste âmbito são considerados alfabetizados toda a população de 15 anos e mais que sabe ler e escrever, com ou sem dificuldades numa língua qualquer. Falando de uma maneira geral, desde a época dos nossos antepassados até então, não só em São Tomé e Príncipe, como também nos outros países, a população do sexo feminino tem menos oportunidades em relação aos do sexo masculino de saber ler e escrever.

IV 2 ALFABETIZAÇÃO E ACESSO A EDUCAÇÃO

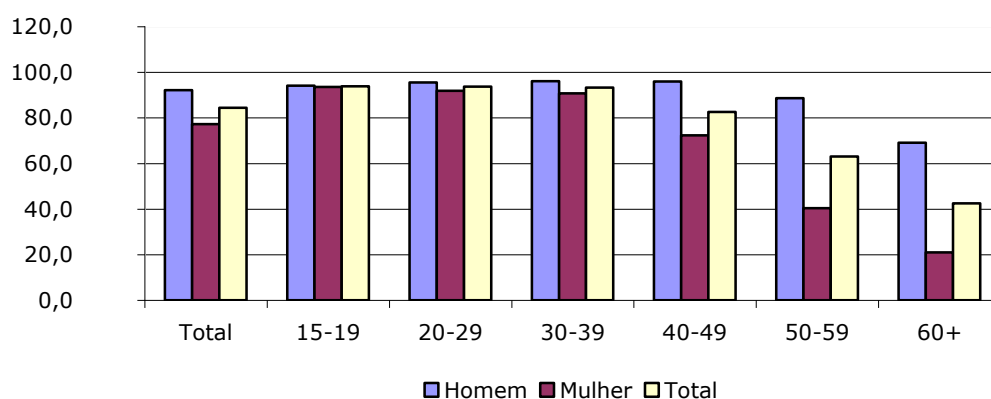
IV.2.1 Alfabetização

De acordo com os dados obtidos, verifica-se que a taxa de alfabetização ronda os 84,4%. A população Juvenil (15 a 24 anos) é a que se apresenta com uma taxa de alfabetização mais elevada (93,8%).

Quanto ao meio de residência, a taxa da população alfabetizada representa 89.1% no meio Urbano e 81,4%. no Rural; sendo que no Urbano a taxa mais elevada encontra-se na faixa dos 22 a 24 anos enquanto que no Rural a mais elevada situa-se nos 15 a 16 anos, como se pode verificar no gráfico abaixo:

Relativamente a idade, os que representam a maior taxa de alfabetização são os da faixa etária de 22 a 24 anos com 94,7% e os de 15-16 anos com 94,3% contra os de 20 a 21 anos com 92,3. %.

Quadro IV.1. Taxa da população alfabetizada por idade e sexo



Quanto ao sexo, verifica-se que a taxa de alfabetização é sempre mais elevada nos homens, sendo essa tendência bem mais acentuada no grupo etário de 60 anos e mais (homem - 69.1% e mulher - 21%).

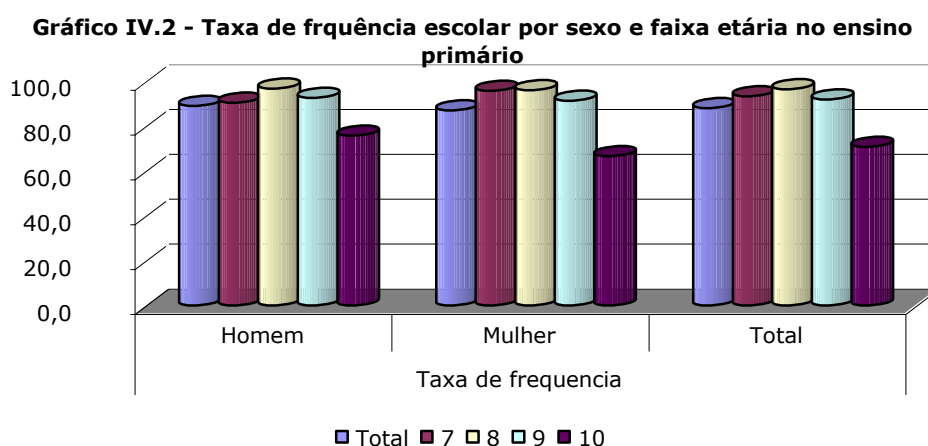
IV.2.2. Acesso à Educação

IV.2.2.1. Frequência Escolar

No que diz respeito a Frequência Escolar, para a nossa análise tomou-se em consideração apenas os alunos que frequentaram e frequentam actualmente o ensino primário e secundário com idade compreendida entre os 7 e 18 anos.

Ensino Primário

A população (7-10 anos) que frequenta o ensino primário representa 88,0% do total da população. Os homens apresentam uma taxa superior as mulheres (89,1% contra 87,0%). De notar que a maior taxa de frequência escolar encontra-se no Meio Rural (90,2%) seguido de Outro Urbano com 86,3% e por último Água Grande com uma taxa relativamente inferior de 86,1%.



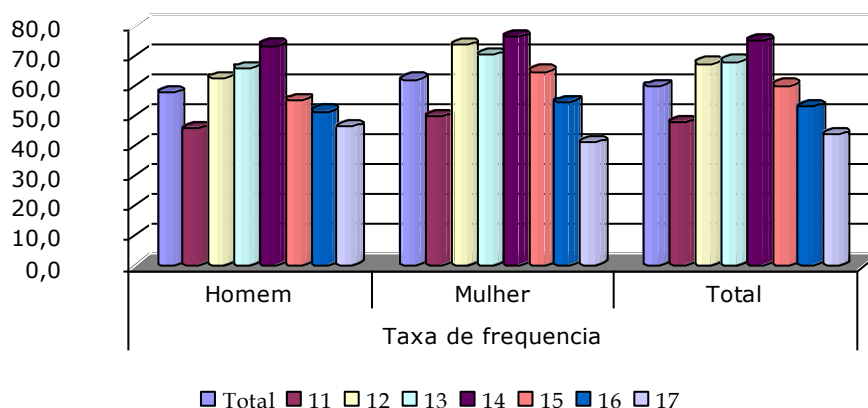
No que diz respeito a faixa etária, os rapazes de 8 anos são os que apresentam uma taxa de frequência escolar superior (96,5%) contra os 70.8% dos de 10 anos. Para qualquer das idades a taxa nos homens é sempre superior em relação as mulheres.

Ensino Secundário

A taxa de frequência no ensino secundário é de 59,7%, sendo esta significativamente inferior a do ensino primário. Em todos os distritos, as mulheres são as que mais frequentam esse tipo de ensino.

Os jovens de 14 anos são os que mais frequentam o ensino secundário (74,7%) contrapondo aos de 17 anos com 43,5 %, sendo a maioria homens com 46,1% e mulheres com 41,0%.

Gráfico IV.3 Frequência escolar segundo o sexo e a faixa etária no ensino secundário



Quanto a meio de residência, a maior taxa de frequência está em Água Grande, com 65.6%, seguido de Outro Urbano com 57,3%, e por último, o Rural com 55.8%. Constata-se ainda que as mulheres são sempre as que mais frequentam esse ensino, independentemente do meio de residência.

IV.2.2.2. Abandono Escolar

Entende-se por abandono escolar, todos os indivíduos que não concluíram o ciclo escolar e não se encontram a frequentar a escola.

Para o ensino primário, a taxa de abandono escolar é de 0,5%, sendo 0,6% para rapazes e 0,4% para raparigas. As crianças da faixa etária de 10 anos são as que apresentam uma taxa superior de abandono escolar na ordem dos 1.3%, onde 2,2% homem e 0,5% mulher. Em contrapartida, a taxa do abandono é inferior para as crianças dos 9 anos (0,1%), notando-se uma ausência de abandono nas raparigas.

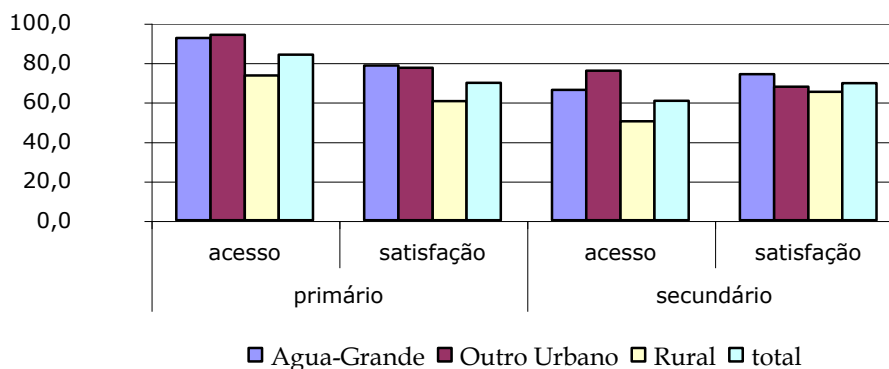
Verifica-se que o ensino secundário em relação ao primário é o mais afectado, no que diz respeito ao abandono escolar com 4,4%, com maior ênfase para os de 15 anos (9.1%). Os de 11 anos apresentam uma taxa inferior de abandono de 1,2%, onde 0,5% rapazes e 1,8% raparigas.

IV.2.2.3. Acesso e Satisfação Escolar

A taxa de acesso ao ensino Primário é de 83,8%, sendo que o Outro Urbano apresenta uma taxa superior (94,0%), seguindo-se o distrito de Água Grande com 92,4% e por último o Meio Rural com 73,4%.

No que concerne ao grupo sócio económico, verifica-se o mesmo comportamento (a volta dos 80%) para todos os grupos, com excepção os filhos dos Agricultores por conta própria, que apresentam 67.6%.

Gráfico IV.4. Acesso e satisfação escolar, ensino primário e secundário segundo o meio de residência



No que se refere ao ensino secundário, a taxa de acesso escolar é de 60,6%. Relativamente ao meio de residência e ao grupo sócio económico, verifica-se um comportamento semelhante ao do ensino primário.

A satisfação escolar para ambos os ensinos ronda os 70,0%, com uma tendência semelhante no que toca ao meio de residência.

Quanto ao grupo sócio económico, a satisfação escolar no primário é mais alta para os filhos dos Pescadores por conta própria (82,7%) e mais baixa para dos Desempregados e Inactivos (61,4%). No ensino secundário, os mais satisfeitos são os filhos dos Trabalhadores do Sector Público com 76,9% e os menos satisfeitos são as crianças dos Pescadores por conta própria com 61,4%.

IV 2.2.4. Descontentamento com a Escola

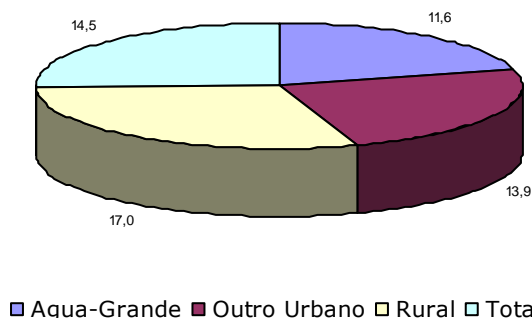
O descontentamento e as condições em que se encontram as escolas e a falta de materiais escolares evidentes em São Tomé e Príncipe, chegam a ser as razões pelas quais muitos abandonam o ensino.

A taxa global de descontentamento é de 27,6%, destacando-se a falta de materiais escolares e livros como o factor mais determinante (86,4%). De notar ainda que outras razões, tais como: *Outros problemas* (9,1%), a *Má instalação* (8,1%), a *Falta de professores* (6,0%) e a *Má qualidade de ensino* (1,3%).

IV 2.2.5. Não Frequência Escolar

A taxa de Não frequência escolar na população de 6 a 18 anos é de 14,5%, estando na sua base as seguintes razões: muito caro 39,7%; de nada serve/falta de interesse 30,3%; reprovou 16,4%; muito distante 12,8%; falta de interesse dos pais 12,4%; outro 14,1%; doença 4,6%; trabalha 3,6%; casou-se/gravidez 3,2%; concluiu 0,5%; muito novo 0,3%; muito velho 0,3%.

Gráfico IV.5. Percentagem (%) das crianças que não vão a escola segundo o meio de residência



Relativamente ao meio de residência, pode-se observar no gráfico IV.5 que é no Meio Rural onde se concentra a maior taxa da população que deixou de frequentar a escola. A seguir está o Outro Urbano com 13.9% e Água Grande com 11,6%.

A principal razão no meio Urbano é a falta de interesse enquanto que para os Outros Meios de Residência, é o factor monetário.

No que diz respeito a grupo sócio económico, os *Agricultores por Conta Própria* e os *Empregados Domésticos* são os que acham mais caro (cerca de 48%) enquanto que os trabalhadores do sector público e Outros trabalhadores por conta própria são os que menos valorizam esse aspecto.

Os que apresentam a maior taxa de falta de interesse pela escola, são os Pescadores e Outros Trabalhadores por conta própria, com cerca de 37%, contra os 20% dos Trabalhadores do Sector Privado e dos Empregados Domésticos.

IV. 3. TAXA BRUTA E LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO

IV.3.1 Taxa Bruta e Líquida de Escolarização do Ensino Primário

A análise da taxa bruta e líquida de escolarização do ensino primário foi feita a partir do Quadro nº 3.1 em anexo, onde se verifica que a taxa bruta de escolarização corresponde à 132,1% e a taxa líquida à 88,0%.

No que diz respeito a meio de residência, observa-se que para o ensino primário a taxa bruta de escolarização no Meio Rural é de 134,8%, em Água Grande é de 130.4% e Outro Urbano com 128,6.

No que concerne a taxa líquida de escolarização, segundo o meio de residência, constata-se que para o Meio Rural a taxa é de 90,2%, para Outro Urbano 86,3% e finalmente, para Água Grande 86,1%.

IV.3.2 Taxa Bruta e Líquida de Escolarização do Ensino Secundário

Os dados do QUIBB-2005 apresenta-nos um total de 86,4% da taxa bruta de escolarização do ensino secundário; sendo que a Água Grande aparece com uma percentagem de 103,7%, em seguida o Outro Urbano com 85,2% e por fim, o Meio Rural com 72,7%.

No que consta a taxa líquida de escolarização podemos observar que Água Grande compreende uma taxa superior em relação aos outros dois Meios (65,6%); sendo o Outro Urbano com 57,3% e o Meio Rural com uma taxa de 55,8%.

IV.4. TEMPO NECESSÁRIO PARA CHEGAR A ESCOLA MAIS PRÓXIMA

No que diz respeito ao tempo necessário para chegar à escola mais próxima, limitou-se apenas **aos que vão a pé**, e tomou-se em consideração a escola mais próxima do local onde vive e a população que leva mais tempo (60 minutos ou mais).

Ensino primário – Observa-se que a população do meio Rural é a que leva mais tempo para chegar a escola primária mais próxima (5,4%). Entre aqueles que precisam dos 15 a 29 minutos para chegarem a escola mais próxima das suas casas, a população do Meio Rural apresenta uma taxa de 23,8%, Água Grande com 22,9% e Outro Urbano com 19,2%. De todos aqueles que levam menos tempo para chegarem a escola, o maior peso encontra-se na população do Outro Urbano com 75,1%, em seguida Água Grande com 70,3% e o Meio Rural com uma taxa inferior de 45%.

Ensino secundário – Em relação ao ensino secundário, os que levam mais tempo (60 minutos e mais) para chegarem a escola é as populações do Meio Rural, onde a taxa é de 18,9%, a seguir as de Água Grande com 10%, e Outro Urbano onde a taxa ronda os 4%.

A população do Outro Urbano é a que leva menos tempo (15 minutos) para chegar a escola (44%), seguida de Água Grande com 35,5% e o Meio Rural com 25,3%.

Liceu – A população que leva mais tempo para chegar ao liceu (60 minutos e mais), está no Outro Urbano, com 32,0%; e em seguida os do Meio Rural com 29,5% e Água Grande com 13,2%.

E aqueles que precisam de 15 minutos ou menos para chegar ao Liceu são os de Água Grande (18,8%), em seguida os do Meio Rural com 11,7% e Outro Urbano com apenas 6,4% da população.

IV.5. CONCLUSÕES

Os dados do QUIBB-2005 relativamente ao sector da Educação permitem-nos ter uma visão da situação real da Educação em S. Tomé e Príncipe, revelando o estado do ensino e as dificuldades que enfrentam a população escolarizada.

Um desses problemas decorre da diminuição da população escolar, sendo o ensino secundário o nível mais afectado com maior expressão nos homens. A principal razão é o abandono escolar justificado pelo aumento do trabalho informal.

É desoladora a realidade do ensino, a persistência de baixos níveis de qualificação onde há necessidade de tornar o ensino mais atractivo, com maior reconhecimento social e capaz de responder às necessidades presentes e futuras da sociedade são-tomense.

Capítulo V. EMPREGO

V.1 INTRODUÇÃO

O universo do Emprego, Desemprego e Emprego Precário a abordar em todos os domínios da vida económica e social envolve não só os decisores com responsabilidades directas na matéria, mas também aqueles que são parceiros nas decisões técnicas, económicas ou políticas.

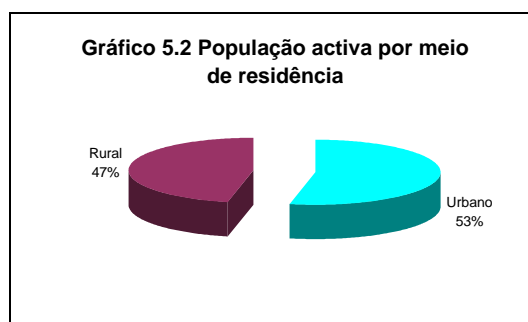
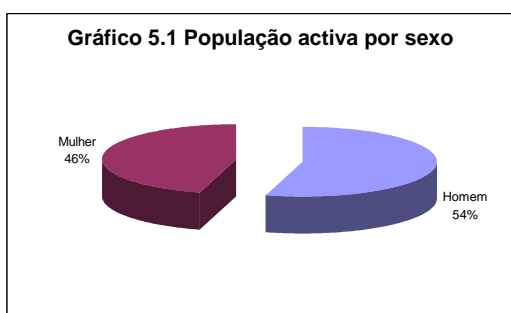
Perante as realidades complexas os dirigentes do País definiram estratégias a favor do desenvolvimento e crescimento económico e valorização dos recursos humanos, bem como adopção de instrumentos que permitam avaliar e acompanhar as medidas macroeconómicas que tenham reflexos no mercado do emprego.

O módulo sobre o emprego constitui a matéria de análise do presente capítulo. Para além de introdução ao tema, serão abordados questões sobre a população activa (a actividade, o emprego e Emprego precário), a população inactiva e outros aspectos sobre o emprego.

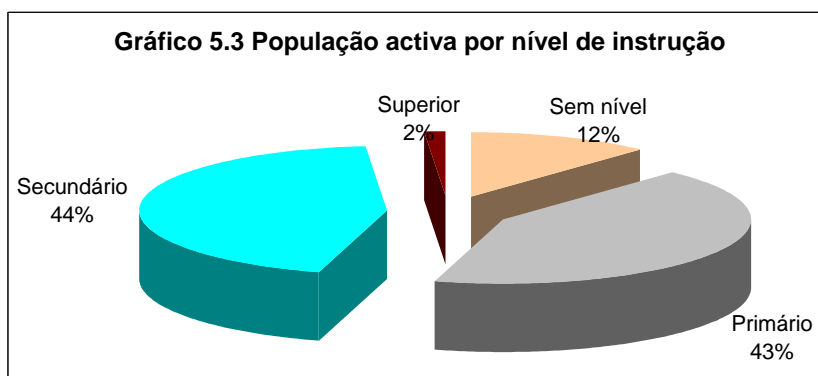
V.2 POPULAÇÃO ACTIVA

De acordo com os resultados do QUIBB-2005 e, em função do factor de extrapolação calculado, estimou-se uma população activa de 63.409 efectivos, representando cerca de 73% da população de 15 e mais anos de idade e por volta de 42% do efectivo total.

Conforme ilustra os gráficos 5.1 e 5.2, denota-se uma desigualdade de género e do meio de residência da população activa; ou seja, em termos de sexo verifica-se uma superioridade dos homens (54,3%) em relação as mulheres (45,7%).



Concernente ao comportamento da população activa segundo o meio de residência, é visível a supremacia da que reside no meio Urbano (53,3%) face as residentes no meio Rural (46,7%).



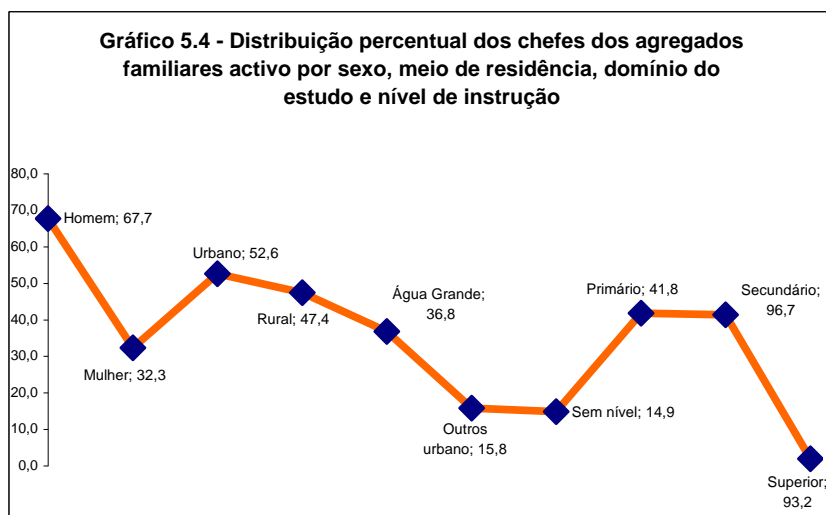
Por outro lado, a análise da situação dessa camada populacional em função do nível de instrução, como ilustrado no do gráfico 5.3; permite-nos constatar que cerca de 44% da população activa apresenta o nível secundário contra 2% de nível superior e 12% que não possuem qualquer nível.

Relativamente a apresentação dos resultados segundo o domínio do estudo (Tabela 5.1), de destacar o distrito de Água Grande, que se apresenta independentemente como estrato 2 do presente estudo, com uma representatividade de 37% da população activa.

Tabela 5.1 População activa segundo o sexo, meio de residência, domínio do estudo e nível de instrução

	População activa		%	Pop. >=15 anos	
		%			%
Total	63409	%	72,6	87294	%
Sexo					
Homem	34451	54,3	82,3	41880	48,0
Mulher	28958	45,7	63,8	45414	52,0
Meio de residência					
Urbano	33774	53,3	70,5	47896	54,9
Rural	29635	46,7	75,2	39398	45,1
Domínio do estudo					
Água Grande	23546	37,1	69,9	33686	38,6
Outros Urbanos	10228	16,1	72,0	14210	16,3
Rural	29635	46,7	75,2	39398	45,1
Nível de instrução					
Sem nível	7603	12,0	62,1	12238	14,0
Primário	26993	42,6	78,8	34271	39,3
Secundário	27856	43,9	70,1	39765	45,6
Superior	957	1,5	93,8	1020	1,2

Os chefes dos agregados familiares activos representam 87,3% do total apurado no presente estudo. Através do gráfico 5.4 pode-se constatar que a representatividade dos Chefe do Agregado Familiar do sexo masculino é nitidamente superior a do sexo feminino, ou seja, os homens apresentam um índice de cerca de 68% contra os 32% das mulheres. Mais uma vez está-se perante uma situação de desigualdade entre o género.

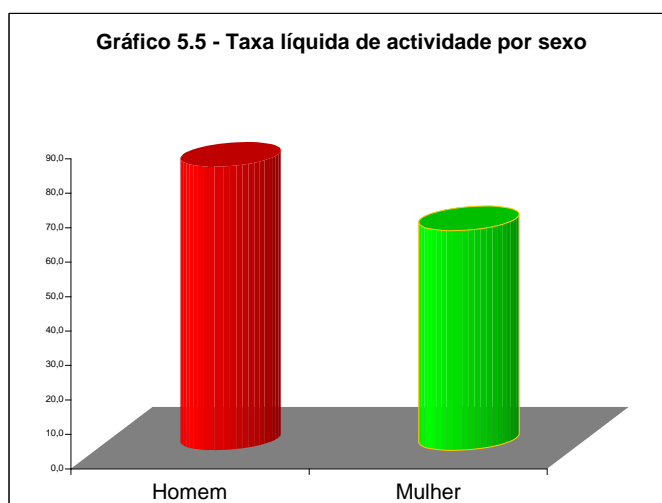


Ainda com relação aos anteriores gráficos, é visível a existência de um equilíbrio entre os efectivos e os CAF activos, do ponto de vista do meio de residência destes, representando em cerca de 53% residentes no meio Urbano contra os 47% no meio Rural. Enquanto que, denota-se uma situação bastante similar em relação aos índices de nível primário e secundário dos CAF activos, respectivamente 41,8% e 41,4% e cerca de 15% sem nenhum nível de instrução.

O conteúdo deste sub capítulo versará sobre os aspectos que têm a ver com a actividade, o emprego e Emprego precário e o desemprego em relação ao sexo e idade, meio de residência, domínio do estudo e nível de instrução, com destaque para a análise dos indicadores do mercado de trabalho para a população de 15 e mais anos de idade.

V.2.1 Actividade

Em termos de indicadores de actividade, verifica-se que o gráfico 5.5 faz uma demonstração do comportamento da taxa líquida de actividade segundo o sexo, onde mais uma vez destaca a diferença existente entre o sexo.



Os resultados apurados a nível nacional dão conta de um índice de taxa de actividade a nível nacional de cerca de 73%, superior para o sexo masculino (82,3%) e inferior para o sexo feminino (63,8%), conforme ilustra o gráfico 5.5.

Por outro lado, a tabela em anexo apresenta a taxa de actividade a nível do meio de residência com predominância para os residentes no meio rural (75,2%), enquanto que o distrito de Água Grande atinge cerca de 70%, um índice similar dos que residem no meio urbano. Finalmente, a taxa de actividade segundo o nível de instrução demonstra que os que possuem o curso superior apresentam um índice elevado, cerca de 94%, enquanto, que "Sem nível de instrução" a situação se inverte, ou seja, o índice atinge apenas 62%.

A taxa de actividade por idade e sexo, ilustrado no anexo 2, permite-nos constatar que em todos os grupos de idade, o sexo masculino tem um índice superior. A maior diferença regista-se no grupo 65 e + anos, onde os homens apresentam 57,2% contra 27,9% das mulheres.

V.2.2 Emprego Permanente e Precário

Em termos efectivos, estimou-se um total de 54.032 trabalhadores, que representa cerca de 62% da população de 15 e mais anos de idade, dos quais 44.714 têm efectivamente um emprego (51,2%) e 9.319 em situação do emprego precário (10,7%), conforme o anexo 5.1.

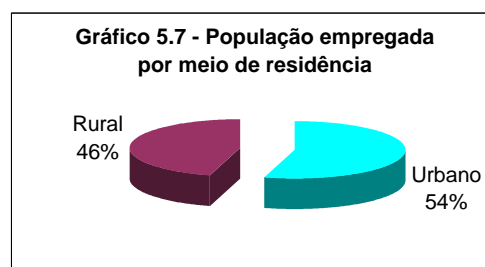
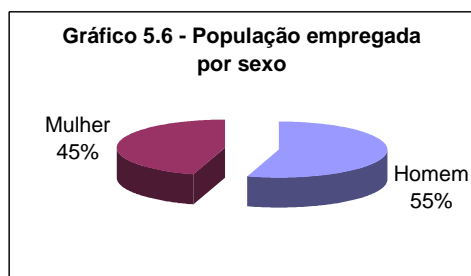
A análise da população empregada e o emprego precário serão ilustradas através de tabelas e gráficos, onde se pode constatar uma taxa de 70,5% (taxa de ocupação) para a população empregada e 14,7% para o emprego precário (taxa de emprego precário).

Tabela 5.2 População empregada segundo o sexo, meio de residência, domínio do estudo e nível de instrução

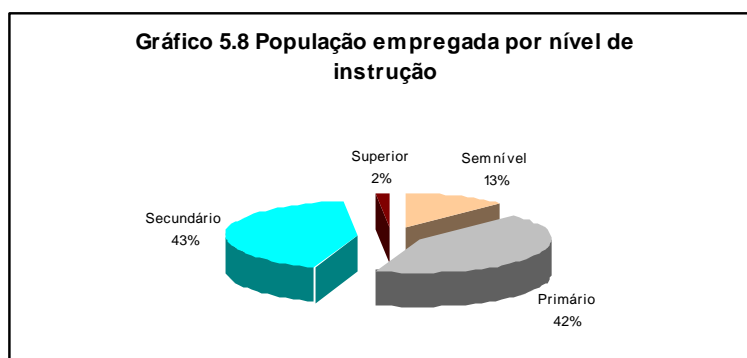
	Popul. empregada		Taxa	População activa	
		%			%
Total	44714		70,5	63409	
Sexo					
Homem	24447	54,7	71,0	34451	54,3
Mulher	20267	45,3	70,0	28958	45,7
Meio de residência					
Urbano	24353	54,5	72,1	33774	53,3
Rural	20361	45,5	68,7	29635	46,7
Domínio do estudo					
Água Grande	17939	40,1	76,2	23546	37,1
Outros Urbano	6415	14,3	62,7	10228	16,1
Rural	20361	45,5	68,7	29635	46,7
Nível de instrução					
Sem nível	5730	12,8	75,4	7603	12,0
Primário	18929	42,3	70,1	26993	42,6
Secundário	19362	43,3	69,5	27856	43,9
Superior	693	1,5	72,4	957	1,5

Emprego Permanente

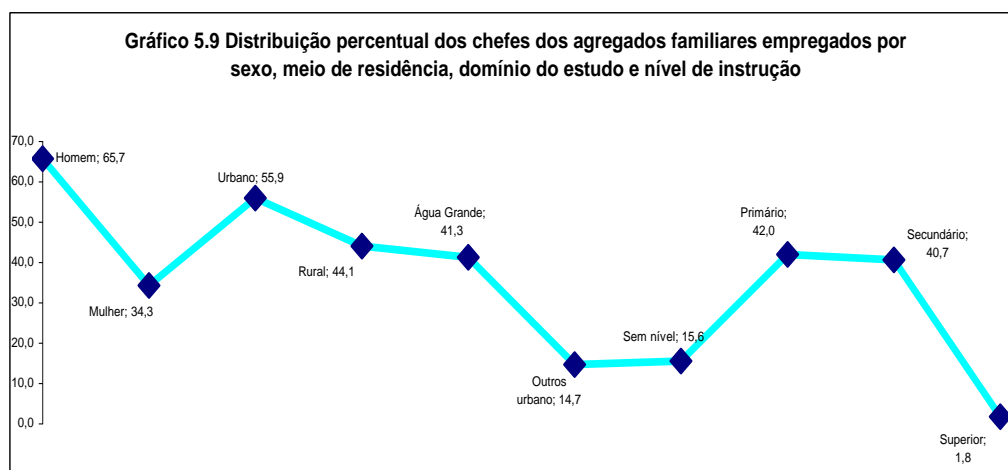
Em relação a população empregada, de acordo com a tabela 5.2 e os respectivos gráficos que se seguem, constata-se que em termos do sexo 45% diz respeito as mulheres contra os 55% dos homens (Gráfico 5.6), algo bastante similar se verifica também a nível do meio de residência, sendo para meio Urbano 54% e meio Rural 46% (Gráfico 5.7). Isto significa uma carência em matéria do emprego na zona Rural, provocando assim uma onda de êxodo Rural direccionada para cidade capital.



Ainda em relação a situação de residência, de destacar o domínio do estudo de Água Grande, onde abarca 40% da população empregada, confirmando o que se constatou anteriormente, tendo em conta que a cidade capital se encontra situada neste distrito.



Entretanto o gráfico 5.8 trata-se da população empregada segundo o nível de instrução, onde é notório a posição desta franja populacional com curso superior que atinge cerca de 2%, contra os 43% dos que têm o nível secundário e os cerca de 13% dos que não têm nenhum nível.

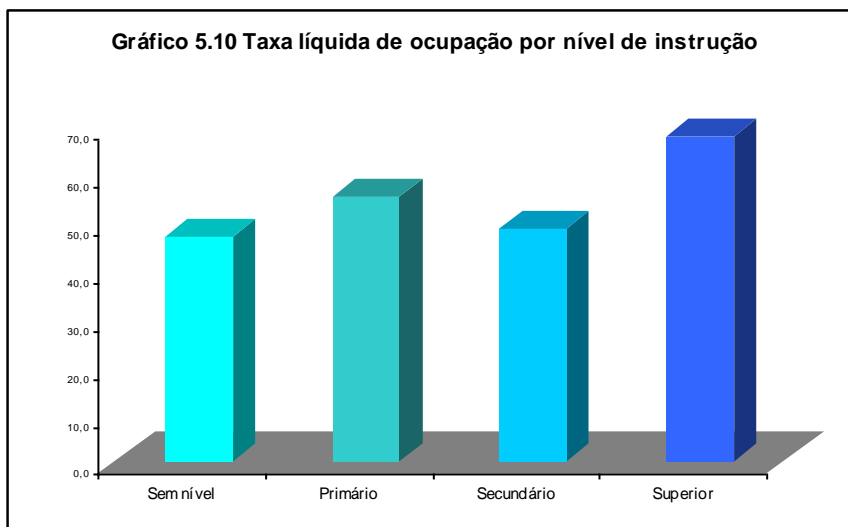


No que diz respeito a distribuição percentual dos chefes dos agregados familiares (CAF) empregados (Gráfico 5.9), verifica-se irregularidades bastante acentuadas, nomeadamente:

- Nota-se grande disparidade entre os sexos, ou seja, cerca de 66% é representado por sexo masculino, contra 34% por sexo feminino;
- Cerca de 56% dos chefes dos agregados empregados residem no meio Urbano, dos quais 41,3% reside no distrito de Água Grande, e 44% no meio Rural;
- Em termos do nível de instrução, 16% não têm nenhum nível, 42% têm nível primário e cerca de 2% possuem curso superior, o que nitidamente demonstra uma situação bastante preocupante se tivermos em conta o desenvolvimento deste país.

Considerando a taxa líquida de ocupação, que é o quociente entre a população empregada de 15 e mais anos e o total de efectivos desta mesma faixa etária, constatou-se que atingiu um índice de 51,2% a nível nacional.

A tabela em anexo e respectivo gráfico 5.10 permite-nos constatar a existência de disparidade em diferentes variáveis, com destaque para questões de género, onde se regista um domínio claro do sexo masculino com 58,4% contra os 44,6% do sexo feminino.

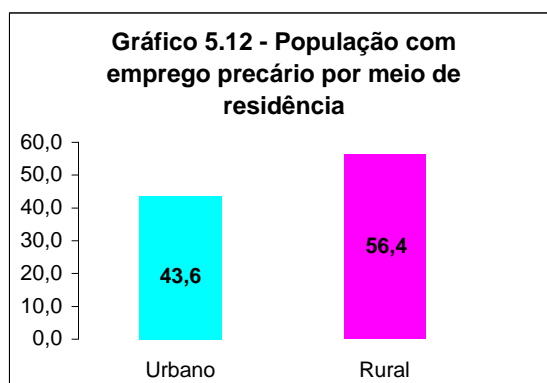
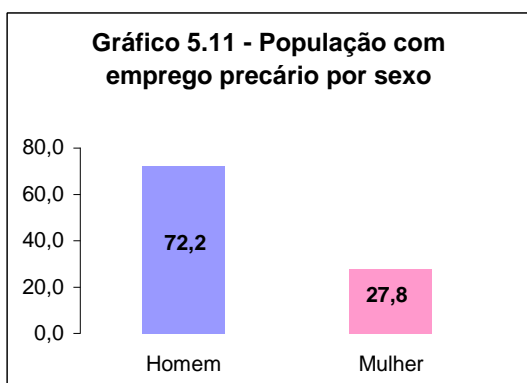


O gráfico 5.10 demonstra que a taxa líquida de ocupação segundo o nível de instrução para os empregados com nível superior apresenta em melhor posição com cerca de 68% contra os aproximadamente 47% dos que não têm nível.

Por outro lado, a tabela correspondente que se encontra em anexo, serviu para constatar que a nível do meio de residência, regista-se um equilíbrio entre Urbano e Rural, com respectivamente 50,8% e 51,7% de taxa de ocupação, sendo de destacar que o distrito de Água Grande por si só atingiu 53,3%.

Emprego Precário

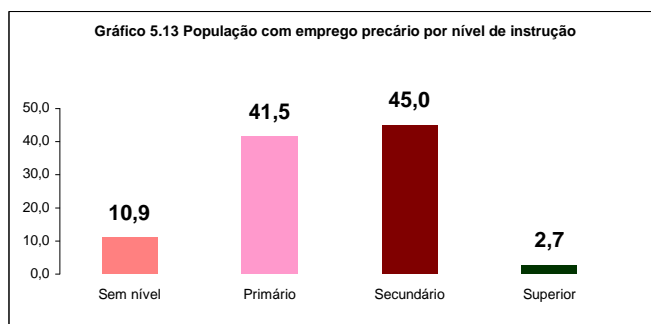
A população em situação do emprego precário refere-se aos trabalhadores em condições precárias, ou seja, todas as pessoas de 15 e mais anos que declararam ter aumentado os seus rendimentos nos últimos sete dias. Neste caso eles representaram cerca de 11% em relação a total dos residentes nesta faixa etária, conforme consta o anexo 5.1. Pode-se verificar por outro lado, que a nível do meio de residência, 13,3% residem no Rural e 8,5% no Urbano, face ao total dos efectivos de 15 e mais anos.



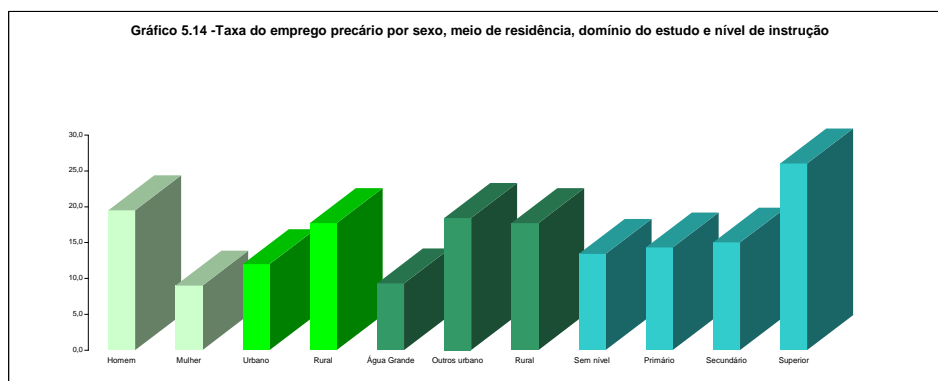
Através dos gráficos anteriores, verifica-se que a população em situação de emprego precário apresentam grandes diferenças quer ao nível do sexo (72,2% para os homens e 27,8% para as mulheres) quer no que toca ao meio de residência (43,6% residem no meio Urbano contra os 56,4% no Rural); sendo que, neste caso o distrito de Água Grande representa 23,4% (Tabela 5.3).

Tabela 5.3 População com emprego precário segundo o sexo, meio de residência, domínio do estudo e nível de instrução

	População com emprego precário		Taxa	População activa	
		%			%
Total	9319		14,7	63409	
Sexo					
Homem	6725	72,2	19,5	34451	54,3
Mulher	2594	27,8	9,0	28958	45,7
Meio de Residência					
Urbano	4060	43,6	12,0	33774	53,3
Rural	5259	56,4	17,7	29635	46,7
Domínio do estudo					
Água Grande	2182	23,4	9,3	23546	37,1
Outros Urbanos	1878	20,2	18,4	10228	16,1
Rural	5259	56,4	17,7	29635	46,7
Nível de instrução					
Sem nível	1016	10,9	13,4	7603	12,0
Primário	3863	41,5	14,3	26993	42,6
Secundário	4191	45,0	15,0	27856	43,9
Superior	249	2,7	26,0	957	1,5



Relativamente a situação dos empregados precários em termos do nível de instrução, o gráfico 5.13 demonstra que apenas 2,7% destes possuem curso superior e 45% nível secundário, enquanto que, cerca de 11% não têm nenhum nível do ensino.



Quanto à taxa do emprego precário por sexo ilustrado através do gráfico 5.14, nota-se um domínio bastante acentuado do sexo masculino com cerca de 20%, enquanto que os de sexo feminino apresentam apenas um índice de 9%, é notório a desigualdade de género, facto já constatado.

Este mesmo gráfico demonstra que a taxa do emprego precário no meio Rural é, obviamente, muito mais elevado (17,7%) do que os da zona urbana que apresentam um indicador de 12% (distrito de Água Grande 9,3%) e, por outro lado, em termos do nível de instrução, a classe superior é o mais privilegiado com uma taxa de 26% contra os 13,4% daqueles que não têm nenhum nível. O anexo 5.2 oferece-nos mais detalhe sobre este fenómeno.

V.2.3 Desemprego

O desemprego é uma das componentes da população activa que mais preocupa as autoridades nacionais, tendo em conta, que os índices que se tem alcançado ainda está longe do que se pretende para um País em desenvolvimento. Os desempregados em São Tomé e Príncipe, segundo o QUIBB-2005, representam 14,8% a nível nacional, sendo 35% homens e 65% mulheres, enquanto que, 57,2% residem no meio Urbano e cerca de 43% no meio Rural, conforme ilustra os gráficos que se seguem, bem como a tabela 5.4.

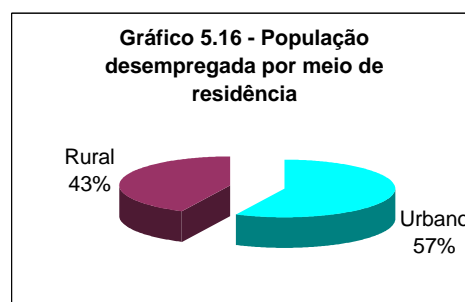
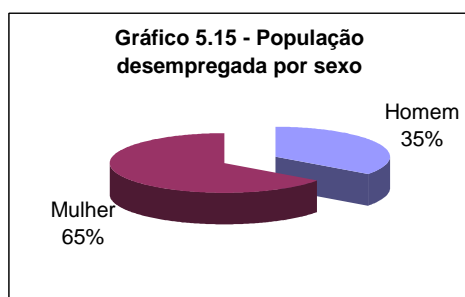
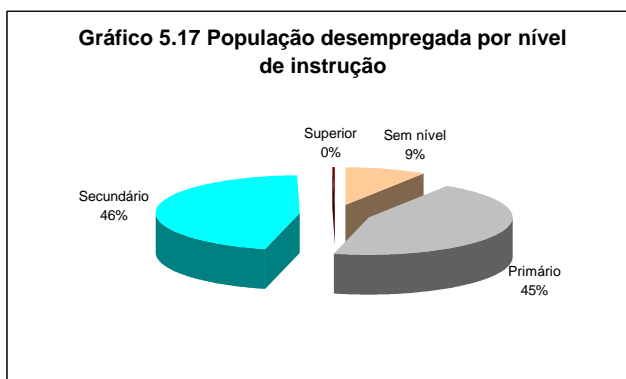


Tabela 5.3 – População desempregada segundo o sexo, meio de residência, domínio do estudo e nível de instrução

	Pop. Desempregada		Taxa	População activa	
		%			%
Total	9377		14,8	63409	
<u>Sexo</u>					
Homem	3279	35,0	9,5	34451	54,3
Mulher	6098	65,0	21,1	28958	45,7
<u>Meio de residência</u>					
Urbano	5362	57,2	15,9	33774	53,3
Rural	4015	42,8	13,5	29635	46,7
<u>Domínio do estudo</u>					
Água Grande	3426	36,5	14,6	23546	37,1
Outros Urbano	1936	20,6	18,9	10228	16,1
Rural	4015	42,8	13,5	29635	46,7
<u>Nível de instrução</u>					
Sem nível	857	9,1	11,3	7603	12,0
Primário	4202	44,8	15,6	26993	42,6
Secundário	4303	45,9	15,4	27856	43,9
Superior	15	0,2	1,6	957	1,5

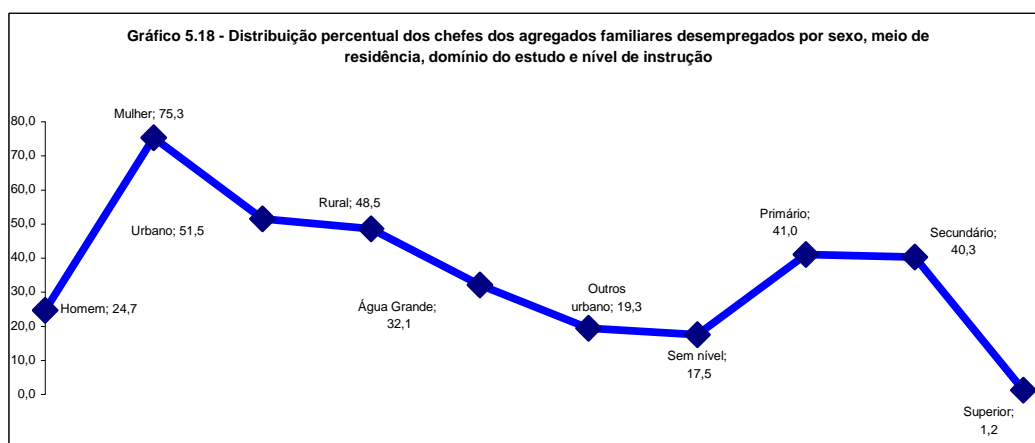
O gráfico seguinte ilustra a situação dos desempregados em termos do nível de instrução, onde se pode identificar indicadores mais elevados nos desempregados com nível secundário na ordem de cerca de 46%, índice bastante similar daqueles que possuem nível primário (44,8%).



O anterior gráfico ilustra a situação dos desempregados em termos do nível de instrução, onde se pode identificar indicadores mais elevados nos desempregados com nível secundário na ordem de cerca de 46%, índice bastante similar daqueles que possuem nível primário (44,8%).

Dentre os desempregados registados a nível nacional, 36,5% encontram-se radicado no distrito de Água Grande, que constitui um dos domínios do presente estudo.

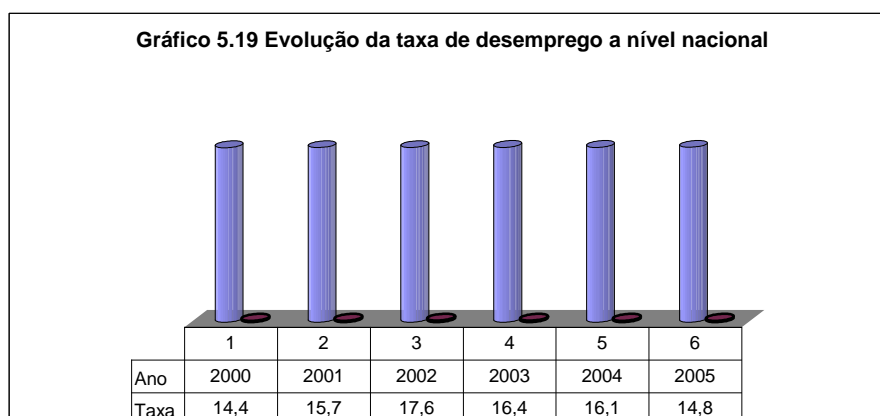
Abordando a situação dos desempregados Chefe do Agregado Familiar (CAF), verifica-se uma distribuição bastante irregular, sobretudo a avaliação por sexo e o nível de instrução, que é ilustrado no gráfico 5.18 que se segue:



Estimou-se um total de 822 desempregados Chefe do Agregado Familiar (CAF), dos quais cerca de 25% destes são homens e 75% mulheres, é visível a desigualdade entre os sexos. Em relação ao meio de residência, 51,5% residem no meio Urbano, com destaque para 32,1% provêm do distrito Água Grande, enquanto que, se regista 48,5% no meio Rural.

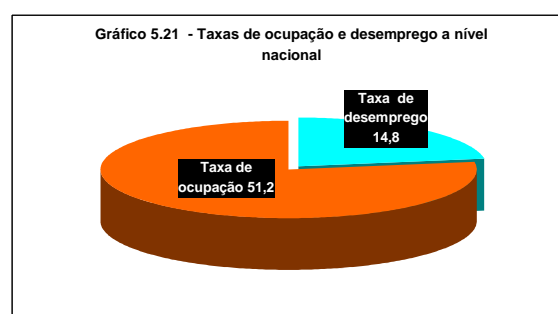
Por outro lado, quanto ao nível de instrução dos desempregados em todo País, nota-se um predomínio dos que possuem nível primário (41%) e secundário (40,3%). A representação dos desempregados com nível superior é muito insignificante.

Considerando a taxa de desemprego, de acordo com os resultados do QUIBB-2005, atingiu-se um nível de 14,8%, significando uma tendência decrescente ao longo dos últimos anos, como se pode verificar no gráfico que se segue.



O gráfico 5.19 bem como a tabela 5.3 apresentado anteriormente elucida o comportamento da taxa de desemprego segundo os diversos domínios. Esta análise permite-nos extrair as seguintes elações:

- Continua-se a deparar com desigualdade de géneros a um nível bastante acentuado, ou seja, a população masculina apresenta uma taxa de 9,5% contra os 21,1% nas mulheres. A tabela 5.2 em anexo oferece-nos o detalhe desta desigualdade por idade, estando o desemprego concentrado nos grupos etários de 15-29 anos para ambos os sexos, ou seja, para o sexo masculino esta taxa atinge cerca de 18% contra os 36% no sexo feminino;
- Existe uma diferença mínima em relação ao meio de residência, onde o meio Urbano se apresenta com um índice mais elevado (16%) face ao meio Rural (13,5%). Sendo que no meio Urbano o distrito de Água Grande se coloca numa posição ligeiramente melhor (14,5%).
- Em relação ao nível de instrução, com índice mais baixo encontra-se os desempregados que possuem curso superior (1,6%), enquanto que, os de nível primário (15,6%) e secundário (15,4%) apresentam uma taxa superior ao do nível nacional (14,8%).



Os gráficos 5.20 e 5.21 permitem estabelecer uma comparação entre as taxas de desemprego com as do emprego precário e de ocupação a nível nacional. Nota-se que, o primeiro gráfico demonstra uma situação de equilíbrio entre as taxas de desemprego e do emprego precário, enquanto que no outro caso a situação é muito diferente, isto é, a taxa de ocupação nitidamente sobrepõe-se a de desemprego.

Deve-se enfatizar que a metodologia utilizada para o cálculo da taxa de desemprego foi nitidamente influenciada pela introdução do novo indicador sobre o emprego precário e, por outro lado, tratou-se de uma taxa calculada para os desempregados com 15 e mais anos de idade, quando se vinha considerado a população de 10 e mais anos nos estudos anteriores.

V.3 POPULAÇÃO INACTIVA

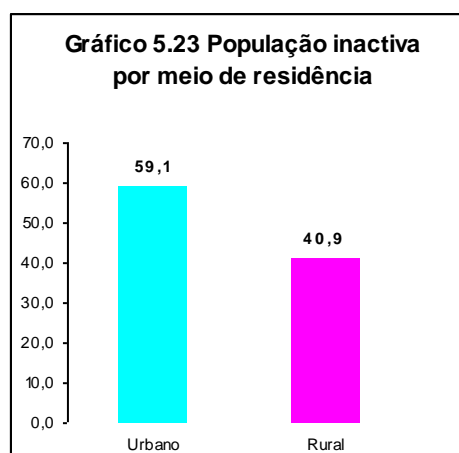
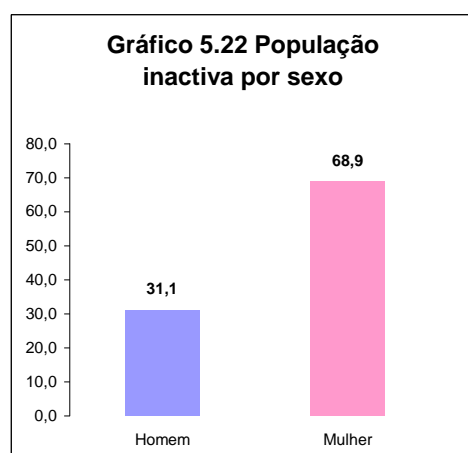
Se tivermos em conta a definição correcta da população inactiva que traduz em indivíduos de ambos os sexos que não podem ser considerados economicamente activos, por não estarem empregados e/ou no emprego precário, de acordo com a tabela 5.4, podemos considerar que a população inactiva total foi estimada na ordem de 89.331 indivíduos (58,5% da população total residente), dos quais 44,8% são homens e 55,2% mulheres.

Tabela 5.4 População total e inactivo segundo o Sexo e Meio de Residência

	População inactiva		%	População total	
Total	89331	%	58,5	152740	%
Sexo					
Homem	39990	44,8	53,7	74441	48,7
Mulher	49341	55,2	63,0	78299	51,3
Meio de residência					
Urbano	48341	54,1	58,9	82115	53,8
Rural	40990	45,9	58,0	70625	46,2

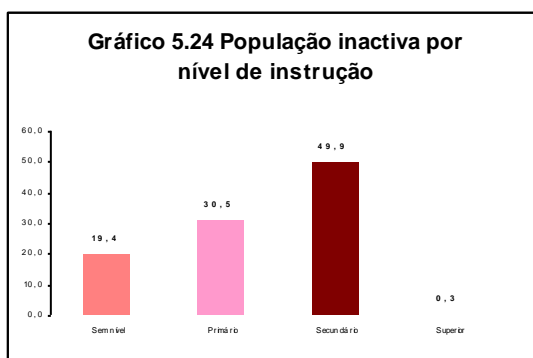
Ainda relacionando a anterior tabela, como se pode observar, a população inactiva reside, maioritariamente, no meio Urbano (54,1%) e no meio Rural cerca de 46%.

O estudo QUIBB-2005 apurou como população inactiva de 15 e mais anos um efectivo de 23.885 indivíduos, o que representa 27,4% da população total da mesma franja etária. A análise que se segue irá cingir ao grupo acima referido.



O gráfico 5.22 demonstra a proporção de população inactiva por sexo, donde se registou um desequilíbrio bastante acentuado, isto é, 31% para os homens e 69% para as mulheres.

Enquanto que, a população inactiva por meio de residência é ilustrada através do gráfico 5.23, que demonstra de igual modo uma disparidade entre o meio Urbano (59%) e o meio Rural (41%). O distrito de Água Grande apresenta -se numa posição relativamente alta, com 42,5%.



Ao analisarmos o gráfico 5.24 que se trata da população inactiva por nível de instrução, constata-se que existe mais população desta categoria com nível secundário, cerca de 50%.

Tabela 5.5 População inactiva segundo o sexo, meio de residência, domínio do estudo e nível de instrução

	População inactiva		%	Pop. >= 15 anos	
Total	23885	%	27,4	87294	%
<u>Sexo</u>					
Homem	7429	31,1	17,7	41880	48,0
Mulher	16456	68,9	36,2	45414	52,0
<u>Meio de residência</u>					
Urbano	14122	59,1	29,5	47896	54,9
Rural	9763	40,9	24,8	39398	45,1
<u>Domínio de estudo</u>					
Água Grande	10140	42,5	30,1	33686	38,6
Outros Urbano	3982	16,7	28,0	14210	16,3
Rural	9763	40,9	24,8	39398	45,1
<u>Nível de instrução</u>					
Sem nível	4635	19,4	37,9	12238	14,0
Primário	7278	30,5	21,2	34271	39,3
Secundário	11909	49,9	29,9	39765	45,6
Superior	63	0,3	6,2	1020	1,2

Em relação a taxa de inactividade apresentada na tabela 5.5, nota-se de novo desigualdade de género, dos quais, foi registado para os homens uma taxa de cerca de 18% contra os 36% nas mulheres. A nível do meio de residência existe aparentemente um equilíbrio, com 29,5% para o meio Urbano e cerca de 25% para Rural, sendo o distrito de Água Grande com uma taxa de 30%. Do ponto de vista educacional, cerca de 38% são para os que não têm habilitação nenhuma, seguido de 30% para os que possuem nível secundário.

V.4 OUTROS ASPECTOS SOBRE O EMPREGO

Dos vários aspectos ilustrados no presente capítulo, destacamos os que apresentam distribuição percentual dos empregados segundo o estatuto do emprego, a população que trabalha por conta de outrem e o ramo de actividade.

Em termos da população empregada, constata-se que cerca de 87% dos trabalhadores declararam que possuem um emprego permanente e cerca de 12% têm um emprego temporário e/ou ocasional. Por outro lado, de destacar que mais de 1% são trabalhadores estudantes.

Do total dos trabalhadores, destaca-se os privados por conta própria (45,6%), os empregados domésticos e outros privados que assumem o mesmo índice (19,1%), e o sector público com um nível mais baixo (16,2%).

No que concerne a situação dos trabalhadores por ramo de actividade, é visível o predomínio do sector do comércio com 25%, enquanto que, os sectores de agricultura e serviços representam respectivamente 20,8% e 20,5%. Com a representação mínima temos o sector de produção e distribuição de electricidade e água, que não chega a atingir 1%.

V.5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Após uma análise sucinta sobre os resultados alcançados no quadro desta tão grande e importante operação estatística, designadamente "QUIBB-2005", poder-se-á constatar e recomendar o seguinte:

- (i) Que os indicadores extraídos do presente estudo em matéria do emprego em São Tomé e Príncipe, de facto, devem constituir preocupação para as autoridades nacionais, sobretudo quando se nota a existência de muitos desempregados, desigualdades entre género, derivado da falta de oportunidades para as mulheres que são as mais afectadas, insuficiência da oferta do emprego formal, provocando um aumento considerado do emprego informal.
- (ii) Que a ausência do emprego de uma maneira geral tem consequências nefastas no aumento da pobreza das populações no País, tornando-se necessário e urgente que Governo implemente o documento sobre "Estratégia Nacional da Redução da Pobreza" e cumpra com os eixos fundamentais definidos no seu programa de governação.
- (iii) Para a resolução do problema do emprego no País, sugere-se que medidas urgentes sejam tomadas, com destaque para a elaboração de uma política ou estratégia coerente para criação de postos de emprego, dando lugar a um mercado de trabalho suficiente e mais competitivos para grande parte dos desempregados. Deve-se mesmo pensar num plano de desenvolvimento integrado.

VI CONFORTO DO ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DO AGREGADO

VI.1 INTRODUÇÃO

O objectivo específico deste capítulo consiste em caracterizar, do ponto de vista de conforto e condições, os alojamentos e os agregados em São Tomé e Príncipe. Nesse âmbito, o estudo e a análise basearam-se, fundamentalmente, nos seguintes aspectos:

- Regime de Ocupação do Alojamento
- Características e Condições do Alojamento
- Bens possuídos pelo Agregado
- Situação Económica e do Agregado e da Comunidade
- Conclusões e Recomendações

VI.2 REGIME DE OCUPAÇÃO DO ALOJAMENTO

Relativamente ao regime de ocupação, constata-se que 55.0% dos agregados são proprietários das suas casas, 30.2% ocupam habitações cedidas e apenas 14.8% estão sob regime de arrendamento.

Quanto aos proprietários, não existe grande diferença em relação a Agua Grande, Outro Urbano e Meio Rural.

Enquanto que os que pagam uma renda estão maioritariamente em Agua Grande (20.6%) contra 9.7% no meio Rural.

Quanto ao regime gratuito a quantidade de agregados que beneficiam do mesmo são idênticos quer na Agua Grande quer no Outro Urbano, sendo contudo mais elevado no meio Rural, com 39%.

Os agregados com mais de 5 elementos são na sua maioria proprietários ou vivem sem pagar qualquer renda de habitação.

Quanto maior for o agregado maior a tendência para serem donos das casas onde habitam; diminuindo, assim, o numero de agregados que vivem em casa cedidas e ainda numa forma mais acentuada os que habitam em casas arrendadas.

Verifica-se que os proprietários são na sua maioria trabalhadores por conta própria (81%) com excepção dos da agricultura; os desempregados e inactivos (65.9%) e os trabalhadores do sector público (54.6%).

Do total dos agregados proprietários, têm menos peso os trabalhadores do sector privado (42.5%) e os agregados ou individuo (empregados domésticos) 39.3% e os trabalhadores do sector privado (42.5%).

Dos alojamentos sob o regime de proprietário 79.9% têm como chefe de agregado trabalhadores por conta própria das áreas das pescas; dos 44.2% dos gratuitos os seus chefes são Agricultores por conta própria; 23.9% dos alojamentos arrendados têm como chefe de família agregados ou indivíduos (empregados domésticos) e 22.7% trabalhadores do sector privado.

Quanto aos agregados sob regime de arrendamento, os seus chefes são na sua maioria empregados domésticos, trabalhadores do sector privado e do sector público e Outros trabalhadores por conta própria; sendo que, apenas 5.3% de desempregados, 8.5% de trabalhadores agrícolas por conta própria e 8.1% pescadores por conta própria vivem em casas arrendadas.

Do total dos alojamentos arrendados 75.1% não tem contrato, 17.2% estão sob contratos renovável sem prazo determinado e apenas 6.4% tem contrato limitado de 3 ou 5 anos, sendo que o contrato de renda social ou apoiada pelo estado não tem aqui qualquer significado.

Verifica-se ainda que, dos agregados sob regime gratuito 32.2% dos respectivos chefes são homens contra apenas 26.8% das mulheres.

Dos alojamentos gratuitos 88.9% não tem qualquer tipo de contrato e 11% tem contratos de renda social ou apoiada pelo estado.

VI.3 CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DO ALOJAMENTO

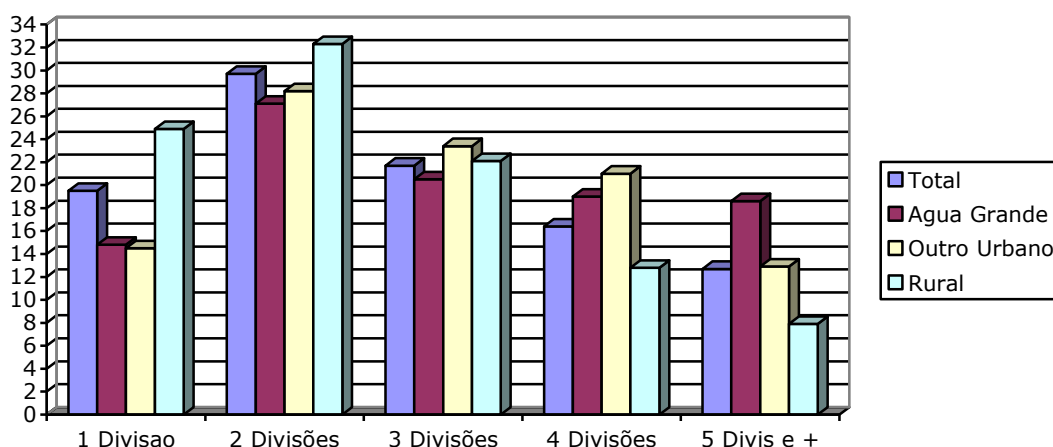
VI.3.1 Número de Divisões da Habitação

A grande maioria dos agregados habita nas casas com 2 a 3 divisões (29.7% e 21.7% respectivamente), sendo pois menor o número de agregados que habita em casas com mais de 5 divisões (12.7%).

Verifica-se esta tendência ao nível de toda área residencial com excepção para o meio Rural em que predomina alojamentos de duas, uma e três divisões com respectivamente 32.3.1%, 24.9% e 22.1% e apenas 7.9% com mais de 5 divisões.

No meio Urbano (Água Grande) os agregados que vivem em alojamentos com apenas uma divisão são em menor numero (14.8%) e a maioria diz respeito a alojamentos com 1_2 elementos.

Gráfico VI.1 - Repartição (em %) dos agregados segundo o número de divisões da habitação e Meio de Residência



Quanto ao grupo sócio-económico, a grande maioria dos alojamentos de mais de 5 divisões (25.1%) os respectivos chefes são trabalhadores do sector público. 28.7% de um agregado/indivíduo (empregados domésticos) vivem em casas com apenas uma divisão contra 8.1% dos pescadores por conta própria.

Somente 37.6% dos agregados têm seus alojamentos com uma média de 1 a 2 pessoas por divisão da habitação, sendo 22.6% com 2 a 3 pessoas por divisão, e 6.1% com 5 ou mais pessoas por divisão.

Dos de alojamentos com 1 elemento por divisão da habitação, 9.3% são habitadas por trabalhadores de um agregado/individuo (empregado domestico) contra 36.6% de desempregados e Inactivos. Os 10.4% de alojamentos com 5 ou mais indivíduos por divisão dizem respeito a agricultores por conta própria.

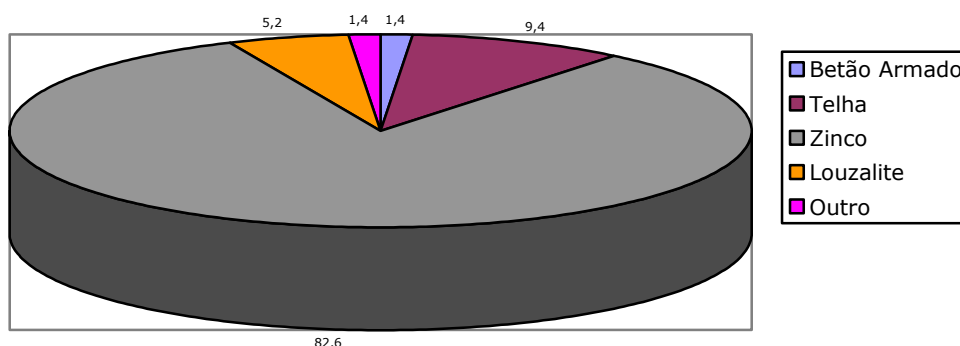
Os agricultores por conta própria apresentam um número médio de pessoas por divisão superior em relação aos outros grupos sócio económico (2 pessoas/divisão).

Em relação ao estrato residencial não se verifica grande diferença entre Urbano (Água Grande), outro Urbano e Rural; e os agregados com mais de 7 elementos apresentam um número médio de 2.3 pessoas por divisão contra os 0.6 dos agregados com 1 a 2 pessoas.

VI.3.2 Tipos de Cobertura

Quanto a cobertura, 82.9% dos agregados habitam em casas cobertas de zinco contra apenas os 1.4% que habitam nas cobertas de Betão Armado e 9.2% nas de Telha; não existindo diferenças substanciais quer ao nível dos grupos socio-económicos quer ao nível do estrato residencial e ainda do tamanho da família.

Gráfico VI.2 - Repartição (em %) dos agregados segundo o tipo de cobertura



VI.3.3 Parede

Dos agregados inquiridos 72.6% habitam em casas cujas as paredes são de Madeira, 19.7% são de betão/pedra ou bloco e 7.3% vivem em casa com parede Mista.

Das casas com parede de Betão, pedra ou bloco 30.4% encontram-se no meio Rural; Destes, 36.3% pertencem a agricultores por conta própria contra os 6.8% dos agricultores das Pescas por conta própria.

Das casas de Madeira 91.7% pertencem aos trabalhadores das pescas por conta própria contra os 57.7% são agricultores por conta própria.

VI.3.4 Pavimento

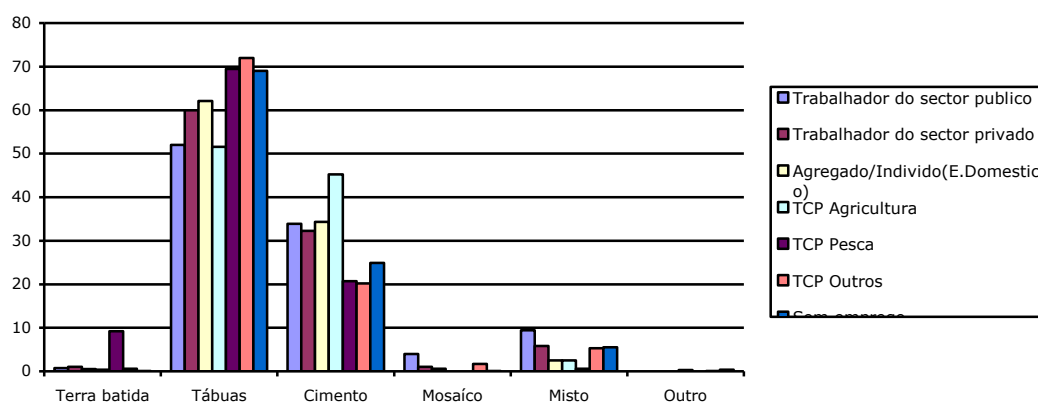
Dos 100% dos agregados analisados 62.6% têm pavimento de tábuas, 30.1% são de Cimento contra apenas 1.2% em mosaico.

Das casas com pavimento em cimento, 45.2% são habitadas por agricultores por conta própria enquanto que somente 20.7% daquelas são habitados por pescadores por conta própria e 20.2% por Outros trabalhadores por conta própria.

Ainda no que toca a habitações com pavimento em cimento, 41.4% destas estão no meio Rural.

Das casas com pavimento de tábuas, 70.6% têm como chefe dos agregados as Mulheres, contra os 57.9% de homens; enquanto que 33.8% das casas com pavimento em cimento, os chefes do agregado são Homens.

Gráfico VI.3 - Repatição (em %) dos agregados segundo o Tipo de Pavimento



Do total dos alojamentos analisados 54.3% dispõe de cozinha contra os 45.7% que não possuem nem dentro nem fora de casa.

Globalmente as condições de alojamento são razoáveis (60.7%), 32.2% são más e somente 7.1% das habitações são consideradas boas.

VI.4 BENS POSSUÍDOS PELO AGREGADO

VI.4.1 Terras, Animais e veículos de Transporte

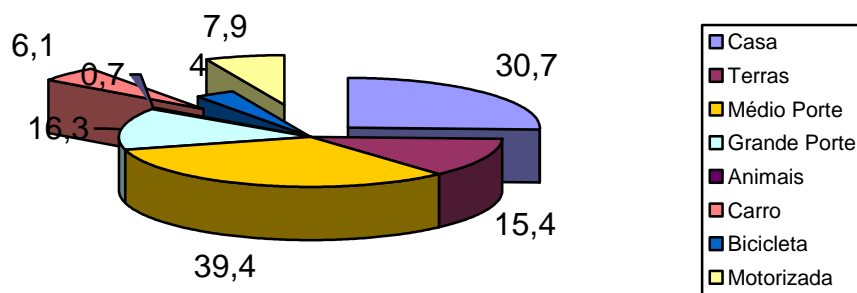
No tocante a posse de terras em relação ao ano passado, observa-se que 74.2% não têm terra; 23.1% continuam com a mesma quantidade de terra; com menos terras agora são apenas 0.7% e apenas 2.0% têm mais agora.

Dos agregados que possuem a mesma quantidade de terra, 8.8% estão no meio Urbano (Água Grande) contrapondo aos 34.3% se encontram no meio Rural.

Os 65.9% dos agregados que mantiveram a mesma quantidade de terra em relação ao ano passado são agricultores independentes e 25.2% daqueles não possuem terra contra 11.7% com menos de um hectare;

De salientar ainda que os 26.8% daqueles (os que têm a mesma quantidade de terra) dizem respeito aos chefes de agregado cujo sexo é masculino contrapondo aos 81.1% dos sem terra do sexo feminino.

Gráfico VI.4 - Percentagem (%) de agregados que possuem alguns bens

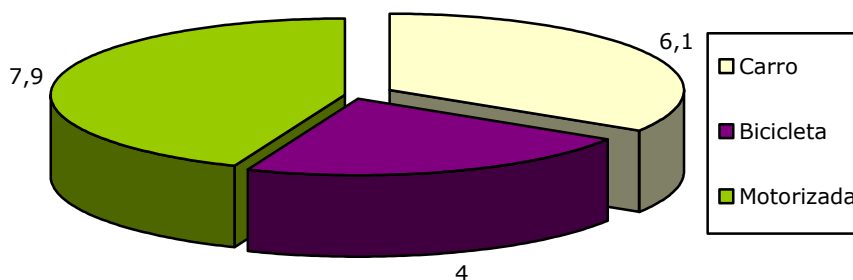


Como se pode ver no gráfico acima, 30.7% de agregados possuem casa, apenas 15.4% possuem terras e 56.4% possuem animais. Destes últimos, 39.4% refere-se a agregados que possuem animais de médio porte, 16.3% aos que tem animais de grande porte e os de outros animais apenas 0.7%.

Dos 32.6% agregados que possuem casa os respectivos chefes são homens contra 27.4% de mulheres; quanto aos que possuem terra não há grande discrepância entre os sexos, sendo, contudo, visível alguma diferença quando se trata de animais, com maior peso para os chefes de agregados do sexo masculino (40.6%).

Quanto aos meios de transporte, apenas 6.1% dos agregados possuem carro, 4.0% bicicletas e 7.9% motorizada, sendo que a maioria desses agregados são do meio Urbano (Água Grande) e não se verificando diferenças substanciais entre Outro Urbano e Rural.

Gráfico VI.5 - Percentagem (%) de agregados Possuidores de Veículos de Transporte



Nota-se ainda que a grande maioria dos agregados que possuem meios de transporte são aqueles cujos chefes são trabalhadores do sector público e na sua maioria do sexo masculino.

VI.4.2 Bens e Equipamentos Electrodomésticos

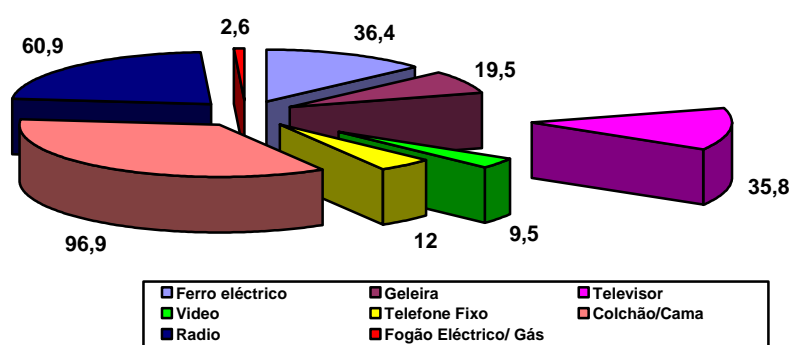
Como podem verificar no quadro abaixo, 96.9% dos agregados possuem colchão ou cama, 60.9% rádio, 36.4% ferro eléctrico, apenas 35.8% têm televisor, somente 19.5% têm frigorífico, 12.0% tem telefone fixo, 9.5% têm vídeo e 2.6% têm fogão eléctrico/gás.

A maioria dos agregados que possuem alguns bens e equipamentos electrodomésticos mais relevantes são aqueles cujos chefes de família são trabalhadores do sector público, seguindo-se dos trabalhadores do sector privado e de Outros trabalhadores por conta própria.

Quanto ao Estrato de residência, constata-se que a maior percentagem dos agregados possuidores desses bens concentra-se no Urbano (Água Grande), seguido de Outro Urbano e por ultimo no meio Rural, com excepção do Colchão ou cama e rádio para os quais as percentagens não variam muito ao longo do país.

O sexo do chefe do agregado só tem importância para os bens menos indispensáveis, tais como vídeo e fogão eléctrico, onde se verifica o predomínio dos homens em relação as mulheres (12.1% contra 5.1%).

Gráfico VI.6 - Percentagem (%) de agregados possuidores de bens de Equipamentos e Electrodomésticos



VI.5 ÁGUA E SANEAMENTO

De notar que 88.7% dos agregados têm acesso a Água Potável, não se verificando grandes diferenças entre os diversos estratos.

Segundo a origem de água para beber 60.1% dos agregados usam chafariz público/fontanário, 19.1% têm canalização no quintal e apenas 4.0% usam canalização dentro de casa e 0.3% água engarrafada.

Os agregados que usam canalização dentro de casa e no quintal como fonte de água para beber concentram-se maioritariamente no meio Urbano (Água Grande) enquanto que os que usam chafariz estão no outro Urbano e no Rural.

As águas engarrafadas têm pouca expressão no nosso país (apenas 0.3% do total da água consumida para beber).

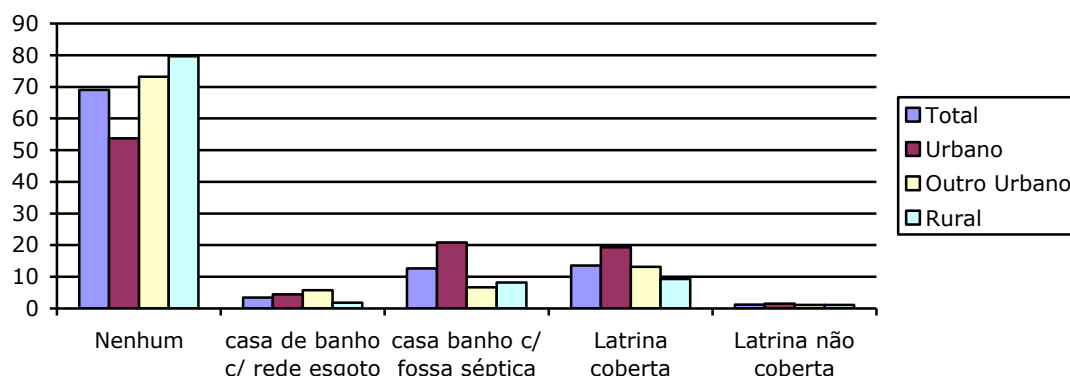
Contudo o acesso à fonte de água mais próxima não parece constituir problema uma vez que 88.5% dos agregados levam menos de 15 minutos para lá chegarem. Apenas 0.4% dos agregados levam mais de 60 minutos para chegarem a uma fonte de água mais próxima.

Quanto ao tipo de Saneamento dos alojamentos 69.0% não têm qualquer tipo de saneamento, o que significa que as suas necessidades são feitas ao ar livre. Estes números são elevados no meio Rural e no Outro Urbano por um lado, e por outro nos grupos dos trabalhadores das pescas e da Agricultura por conta própria.

Dos 100% dos agregados analisados apenas 13.6% dispõem de latrina coberta, 12.7% têm casa de banho com fossa séptica e só 3.5% possuem casas com casa de banho com rede de esgoto.

Os agregados com casas de banho com fossa séptica e com latrina coberta estão na sua maioria no Urbano (Água Grande), enquanto os que têm casa de banho com rede de esgoto estão maioritariamente no Outro Urbano e em Água Grande.

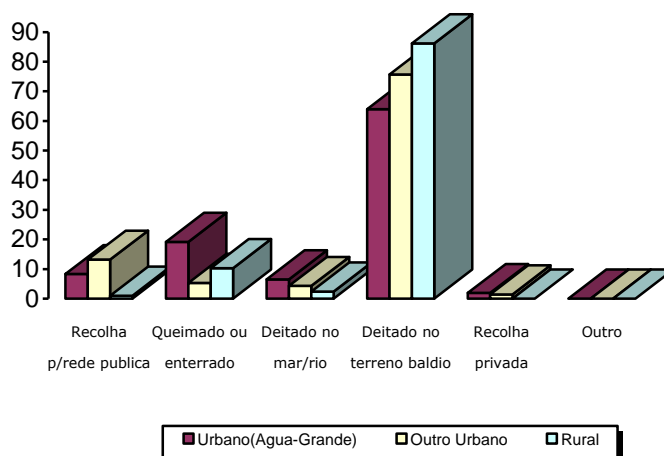
Gráfico VI.7 - Percentagem (%) dos agregados possuidores de Saneamento



Apenas 29.7% dos agregados possuem sistema de saneamento eficaz ou considerado adequado, sendo que a maioria daqueles pertencem ao grupo dos funcionários públicos (55.5%) contra os 10.9% e 16.2% dos pescadores e agricultores por conta própria, respectivamente.

Dos agregados com um eficaz saneamento, 44.8% estão no Urbano (Água Grande) contra os 25.7% no Outro Urbano e 19.2% do meio Rural.

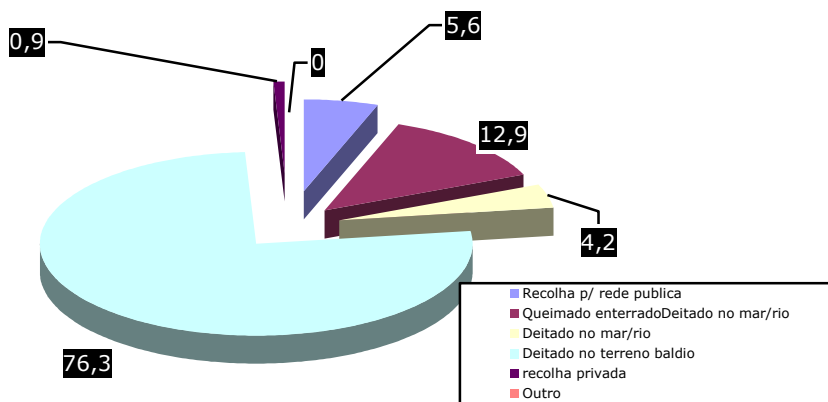
Gráfico VI.8 - Repartição (em %) dos agregados segundo o modo de evacuação do lixo



No que diz respeito ao Lixo, simplesmente 6.5% dos agregados utilizam meios adequados de evacuação do lixo (recolha pela rede pública -5.6% e pela rede privada -0.9%), sendo que 13.2% da recolha pela rede pública é feita no Outro Urbano seguido de Água grande.

Do total dos agregados 76.3% deitam os seus lixos nos terrenos baldios e 12.9% queimam ou enterram.

Gráfico VI.9 - Repartição (em %) dos agregados segundo o modo de evacuação do lixo

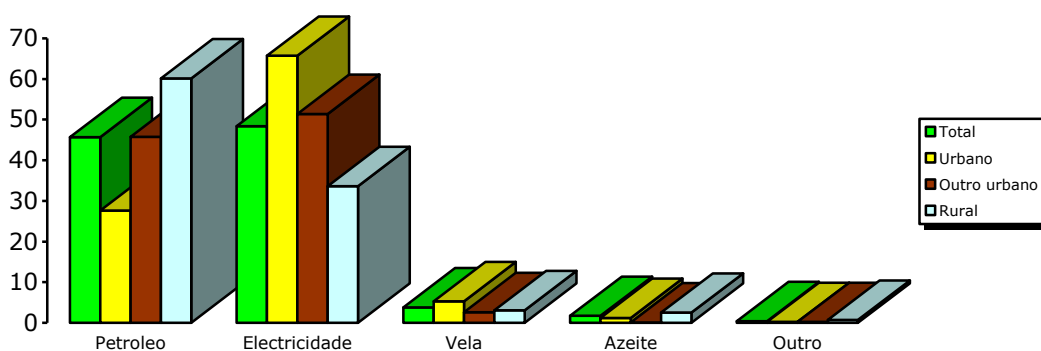


Quanto ao grupo sócio económico, 12.5% dos lixos deitados no mar/rio são provenientes de agregados cujos os chefes são pescadores; os agricultores e os pescadores são os que menos têm por habito enterrar os lixos e por outro lado os que mais beneficiam da recolha pela rede pública são os trabalhadores do sector público (9.9%).

VI.6 ENERGIA E ELECTRICIDADE

As fontes de energia mais usada para iluminação são a electricidade (48.4%) – com maior peso em Agua grande (65.7%) – e petróleo (45.7%) – maior incidência no meio Rural (60.1%) e no outro Urbano (45.8%).

Gráfico VI.10 - Repartição (em %) dos agregados segundo a fonte de energia usada para a Iluminação



Por outro lado, os agregados que usam electricidade têm como chefes de agregado, na sua maioria, trabalhadores do sector público e Outros trabalhadores por conta própria enquanto que os que usam petróleo são na sua maioria trabalhadores das Pescas e da Agricultura, por conta própria (68.3 e 70.7%, respectivamente).

Quanto a principal fonte de energia utilizada para preparar alimentos 64.8% dos agregados usam lenha, 20.0% utiliza Petróleo e 13.3% cozinham com carvão. De salientar que apenas 0.4% cozinham com Gás e 0.7% com electricidade.

No que se refere ao estrato de residência, os dados levam-nos a concluir que é no meio Rural que predomina o uso de lenha (84.7%) para cozinhar, em desfavor ao uso do carvão (7.3%) e do petróleo (6.4%). A grande maioria dos agregados do Urbano (Água Grande) utiliza petróleo (41.6%) e Carvão (17.3%). Os 21.7% do Carvão utilizado para preparar alimentos referem-se a Outro Urbano.

Os agregados cujos os chefes de família são agricultores e pescadores por conta própria são os que maior percentagem de lenha (89.6% e 81.1% respectivamente) utiliza, contrariamente aos trabalhadores do sector público (45.4%). Enquanto que para esses mesmos grupos económicos, o petróleo tem uma tendência de uso inversa.

O carvão é menos utilizado pelos agricultores (5.0%) e mais utilizado pelos restantes grupos económicos numa razão quase proporcional (cerca de 15%).

Em resumo, 78.2% dos agregados usam para preparar os seus alimentos combustíveis de madeira (lenha e carvão), com maior ênfase para o meio Rural e Outro Urbano e para a classe dos agricultores e pescadores.

O acesso à electricidade ronda os 48.5% dos agregados. Destes, 65.8% fazem parte do estrato Urbano (Água Grande) contra os 33.7% do meio Rural.

O grupo sócio económico mais lesado, em termos de acesso a Electricidade, é o dos Agricultores e dos Pescadores por conta própria; contrapondo ao grupo dos trabalhadores do sector publico (70.7%), a Outros trabalhadores por conta própria (53.6%) e aos trabalhadores do sector privado (51.2%).

Para a Iluminação das casas é utilizada 48.4% da electricidade contra os 0.7% usados para cozinhar.

VI.7 SITUAÇÃO ECONÓMICA DO AGREGADO E DA COMUNIDADE

Quanto a percepção da situação económica do agregado, 60.7% desses acham que a situação está pior em relação ao ano passado, 30.2% acham que continuam igual e somente 8.4% consideram que melhorou.

Os chefes dos agregados Desempregados e Inactivos representam 71.8% dos que acham que a situação piorou.

Dos 38.9% dos agregados cujos chefes são do sector público e 35.3% dos do sector privado acham que a situação se manteve estável.

Nota-se ainda que dos 13.3% e 10.5% dos agregados que acham que estão melhor em relação ao ano passado os seus chefes são trabalhadores do sector público e trabalhadores das pescas por conta própria, respectivamente.

Quanto ao estado civil, os solteiros, os em união de facto e os casados são os que mais acham que a situação melhorou;

Do total analisado, 44.6% dos agregados têm a percepção de que a situação económica actual da comunidade em relação ao ano anterior piorou, 35.5% acham que permanece igual contra apenas 7.4% que pensam que melhorou; restando os 12.5 % que não sabe ou não responde.

Dos que não têm terra, 45.0% pensam que a situação piorou, 35.3% acha que está igual e apenas 7.3% consideram que melhorou.

Dos agregados com Animais e Aves, 53% consideram a situação pior, 20.2% igual e apenas 13.4% melhor.

Dos agregados que só têm Animais, 80% consideram que a situação está igual contra os 20% que pensam que está pior.

Quanto ao grupo sócio económico, 53.1% dos chefes de agregado que são agricultores por conta própria acham que a situação está pior enquanto que 12.6% dos trabalhadores do sector público e 10.6% dos trabalhadores de um agregado ou indivíduo consideram que as coisas melhoraram.

Os Divorciados são os que mais apontam, para uma maior degradação da situação económica da comunidade (75.6%), mas também para uma melhoria (19.5%)

Constata-se que a maior parte dos agregados inquiridos assumem que os seus rendimentos são influenciados, significativamente, pelos seus chefes (79.6%) e que são na sua grande parte Homens; 12.4% daqueles vêm no seu rendimento um maior contributo de Outro Parente; 5% dos Esposo (a); 3.0% são contributos das Crianças e apenas 0.1% das pessoas que não fazem parte da família.

Quanto aos agregados cujos rendimentos provêm de Outro Parente o número de pessoas que faz parte daqueles varia, na sua maioria, entre 1 a 2 pessoas (26.7%) e 3 a 4 (10.5%).

Dos agregados cujos chefes são Desempregados ou Inactivos, 61.1% são custeados por Outro Parente e 12.5% por crianças, sendo que em ambos os casos a maioria daqueles é do sexo feminino (23.5% e 5.7%).

Em todo o extracto residencial do país mais de metade das pessoas acha que a quantidade de alimento consumida pela família é pouca (50.5%), 46.6% considera suficiente e simplesmente 2.8% afirma ser muita.

Dos agregados que possuem animais, 60% considera pouca a sua alimentação e apenas 40% acha suficiente.

Apenas 18.1% dos que têm Animais e Aves estão numa situação de abundância contra os 44.9% que acham insuficientes aquilo que comem.

Verifica-se ainda que, 61.0% dos agregados estão a menos de 15 minutos do mercado/loja mais próxima, 18.1% levam 15 a 30 minutos ao local de compras, 11.0% 30 a 44 minutos e 8.0% mais de 60 minutos.

A grande maioria dos agregados do meio Urbano (74.8%) e Outro Urbano (75.5%) têm um mercado/loja a 15 minutos das suas casas e apenas 6.7% e 5.9%, respectivamente, levam mais de 30 minutos.

Dos que levam mais de 60 minutos para chegar ao mercado/loja mais próxima, estão os Agricultores e Pescadores por conta própria com 22.1% e 22.4%, respectivamente; e a concentração vai para o meio Rural.

VI.7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Depreende-se que a grande parte da população São-tomense vive em condições económicas difíceis e de extrema pobreza, estando assim impossibilitada de ver, ao menos, satisfeitas as suas necessidades básicas. Não obstante mais de metade dos agregados viverem em casas próprias as condições não são as mais desejáveis; e por outro lado o elevado número de agregados (30.2%) que vivem em casas cedidas demonstra a dependência em relação a família ou ao estado, pois os salários são extremamente baixos e a situação financeira em geral precária.

A maioria dos jovens São-tomense não tem um quarto só para si, o que implica ausência de privacidade e de condições básicas para o seu desenvolvimento intelectual e social. Torna-se portanto, premente, que o governo desenvolva política de actuação ao nível de construção de casas e criação de condições favoráveis a concepção de empréstimos junto aos bancos, como por exemplo juros bonificados aos jovens empregados e outras modalidades destinadas a outras camadas da população.

Verifica-se ainda o predomínio da diferença de Géneros em São Tomé e Príncipe, tendo em conta que as igualdades de Oportunidades não são as mesmas para os homens e para as mulheres, em várias vertentes.

O défice de Saneamento é uma realidade no nosso país, tornando-se assim urgente que o Governo defina políticas que permitam a construção de habitações sociais com casas de banho em detrimento das "habituais" latrinas. Obviamente que isto passará por um plano estratégico de reordenamento do território bem definido e abrangente.

O acesso a Água Potável ainda é negado a cerca de 1/8 dos agregados o que significa que uma grande parte da população usa água imprópria para beber e estando, assim, sujeitas a doenças como a Cólera, que conheceu um grande surto nos últimos dias com registo de casos de morte.

O uso elevado de combustíveis de madeira (lenha e carvão) pela população pode trazer efeitos nefastos para o meio ambiente e para a própria natureza, visto se traduzir numa fonte de poluição, e o abate das árvores contribuir para a devastação da floresta e conseqüentemente, provocar alterações climáticas.

Torna-se assim necessário o fomentar do uso de uma fonte de energia alternativa para preparar os alimentos, nomeadamente do Petróleo e do Gás. Só desta forma poder-se-á assegurar uma maior qualidade de vida das populações, quer no que diz respeito, as condições mais humanas em que passarão a cozinhar os seus alimentos, como também da própria protecção do meio ambiente. Obviamente que o desenvolvimento de qualquer país pressupõe também um olhar estratégico sobre o meio ambiente.

Capítulo VII - ANEXO

GLOSSÁRIO

A. GLOSSÁRIO

Alfabetização – Individuo com 10 e mais anos com a capacidade para ler e escrever, mesmo com dificuldades, numa certa língua. Foi assim considerada como alfabetizada, toda pessoa capaz de ler e escrever numa língua qualquer. O Analfabetismo corresponde ao número de pessoas de (15) anos e mais que não sabem ler nem escrever.

Alojamento – todo o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, e que, no momento censitário, não está a ser utilizado totalmente para outros fins. Distinto significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa nele dormir, preparar refeições e abrigar-se. Independente significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Alojamento Familiar – todo aquele que, pelo modo como foi construído, ou como está ser utilizado, se destina a alojar, normalmente, uma família ou agregado familiar, embora nele possam residir várias no momento censitário. Distinguiu-se três tipos de alojamento familiar a saber:

Alojamento Clássico – divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício, ou seja, com carácter não precário, ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construído, reconstruído ou reconvertido, se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento censitário a servir totalmente para outros fins. Deve ainda possuir uma entrada independente que lhe dê acesso à rua, quer directamente, quer através de jardim, terreno, ou à zona comum dentro de um edifício. Um alojamento clássico deve possuir todas as condições de habitabilidade, ou seja energia eléctrica, água no interior da casa, instalações sanitárias, etc., e obedecer a critérios de construção numa área urbana.

Alojamento Básico – unidade de habitação dotada de certas instalações essenciais de um alojamento clássico e que, pelo tipo de precariedade da construção, não satisfaz inteiramente as condições exigidas por um alojamento clássico. Desde que tenha pelo menos duas divisões, sem cozinha nem casa de banho, deve-se considerar alojamento de base.

Alojamento Colectivo – local que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar grupos de pessoas ou mais do que uma família e que, no momento censitário, está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes. Integram alojamento colectivo o hotel, a pensão ou similar e a convivência, ou seja estabelecimento onde vivem pessoas, temporária ou permanentemente, que não constituem família ou agregado familiar, compartilhando refeições, e que estejam sujeitas a um interesse ou regime comum.

Cozinha – Local destinado, equipado e utilizado para a preparação das principais refeições, que seja, de facto, utilizado para este fim, mesmo que também sirva como sala de jantar, quarto ou sala de estar.

Divisão – Espaço num alojamento/fogo, delimitado por paredes tendo, pelo menos 4 m² de área e 2m de altura, na sua maior parte. Embora possam satisfazer as condições da definição, não são considerados como tal: corredores, marquises, varandas, casas de banho, despensas e vestíbulos, os espaços destinados exclusivamente profissionais e a cozinha se tiverem menos de 4 m².

Frequência Escolar concerne a inscrição e o seguimento regular das aulas num estabelecimento de ensino escolar. A frequência escolar foi colocada a todas as pessoas, pela sua formulação, esta questão sobre a frequência escolar permite através das modalidades de resposta, distinguir os indivíduos que frequentam actualmente um estabelecimento escolar, os que já frequentaram e os que nunca frequentaram a escola.

Nível Escolar corresponde à última classe frequentada e concluída pela pessoa. Esta questão era dirigida a todas as pessoas que frequentam um estabelecimento ou que já frequentaram um estabelecimento escolar. As modalidades de resposta previstas distinguem ao mesmo tempo a última classe frequentada e o nível de ensino

Outros Alojamentos – unidade de habitação que não reúne nenhuma condição de habitabilidade e que, pelo tipo e precariedade da construção, não satisfaz inteiramente as condições exigidas por um alojamento de base. São alojamento com apenas uma divisão e podem ser incluídos nos seguintes grupos: casas rudimentares de madeira (Flé), alojamentos improvisados, casas de pavão (vam pléga) e outros de lugares não destinados a habitação.

População Escolar é a população residente que se declarou como aluno no momento do inquérito. Relativamente à população escolar, a questão relativa ao nível de instrução permite a sua caracterização, segundo o tipo e o grau de ensino (*pré-escolar, primário, secundário básico, pré-universitário, médio, superior*).

População Escolarizável é definida em função dos limites de idade adoptados pelo sistema de educação de cada país. De uma maneira geral, a população escolarizável no sentido restrito é formada por pessoas de 7 a 17 anos. Todavia, tendo em conta a precocidade da admissão das crianças à escola do longo período de escolarização obrigatória, por causa, entre outras, das repetências e mesmo das especificidades dos países, pode-se interessar pela população de idade compreendida entre os 3 e os 24 anos

População activa – Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados, sub - empregados e desempregados).

População Empregada – População com idade mínima de 15 anos que se encontravam numa das seguintes situações:

- a) Trabalharam pelo menos 1 horas, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;

- b) Não trabalharam mas mantinham um vínculo com a entidade empregadora, por razões tais como férias, maternidade, greves, formação profissional, etc.
- c) Tinha uma empresa mas estava ausente temporariamente do trabalho por qualquer razão;
- d) Militares de carreira ou a prestar o serviço militar obrigatório;
- e) Aprendiz ou estagiários que recebem uma remuneração em géneros ou em dinheiro;
- f) Estudantes, doméstico (as), reformados, que se encontrem numa das situações acima referidas.

População com Emprego Precário – População com idade mínima de 15 anos que se encontravam num emprego em condições precárias, com o objectivo de aumentar o seu nível de rendimento.

População Desempregada

À Procura do Primeiro Emprego – Indivíduo que nunca teve um emprego e estava à procura de um emprego;

À Procura de Novo Emprego – Indivíduo que já tinha trabalhado e estava à procura de um emprego.

População com idade mínima de 15 anos que se encontravam nas seguintes situações:

- a) *Sem Trabalho* ou emprego, remunerado ou não;
- b) *Disponível para Trabalhar*, isto é, queria trabalhar e estava imediatamente disponível para trabalhar, mesmo sem remuneração;
- c) *À Procura de Trabalho*, ou seja, o indivíduo realizou alguma diligência no sentido de encontrar um emprego, na semana de referência, nomeadamente, contactou algum centro de emprego, realizou contactos com empregadores, realizou contactos pessoais, colocou ou respondeu a anúncios, realizou provas ou entrevistas de selecção, procurou terrenos, imóveis ou equipamento, com a finalidade de criar uma empresa pessoal ou se solicitou licenças ou recursos financeiros para a criação de uma empresa própria.

Desemprego – População com idade mínima de 15 anos que se encontra, simultaneamente, sem trabalho, disponível para trabalhar e à procura de trabalho.

População Inactiva – Conjunto de indivíduos de ambos os sexos, qualquer que seja a sua idade que, na semana de referência, não podiam ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados nem desempregados. Constituem a população inactiva os seguintes grupos de indivíduos:

- a) *Doméstica(o)* – Indivíduos de ambos os sexos que, não tendo emprego nem estando desempregados, se dedicaram exclusivamente às tarefas domésticas, nos seus próprios lares;
- b) *Estudantes* – Indivíduos que frequentam uma instituição educativa regular, pública ou privada (incluindo curso de formação profissional que não seja da responsabilidade de uma entidade empregadora), e que não exerciam uma profissão nem estavam desempregados;
- c) *Reformada(o)* – Indivíduos que, não tendo trabalhado recebiam por tal facto, uma pensão de reforma, aposentação, velhice ou reserva;
- d) *Incapacitada(o)* – Indivíduos com idade mínima de 10 anos que, não trabalharam por se encontrarem permanentemente incapacitados para o trabalho.
- e) *Outras Situações* – Indivíduos que não estejam incluídas nas situações anteriores, designadamente, pessoas que viviam de rendimentos, crianças que ainda não frequentavam um estabelecimento de ensino.

Ramo de Actividade Económica – É o tipo de produção ou a actividade económica desenvolvida pelo estabelecimento ou unidade similar, onde o indivíduo exerceu a sua profissão.

Se o indivíduo exerceu a profissão por conta própria e sem uma estrutura equivalente a um estabelecimento localizado, considerou-se a actividade económica para a qual concorre directamente.

Sector de Actividade Económica – É uma variável derivada, não sendo por isso objecto de recolha directa.

É a agregação dos ramos de actividade económica por forma a que seja possível caracterizar a actividade económica de forma mais sintética, adoptando critérios de homogeneidade habitualmente apresentados da seguinte forma:

- a) **Sector Primário** Consiste na agregação das secções da CAE referentes à Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Pesca e Indústrias Extractivas, isto é, o somatório das secções A, B e C;
- b) **Sector Secundário** É constituído por sectores referentes à Indústria Transformadora, Produção e Distribuição de Água e Electricidade e Construção;
- c) **Sector Terciário** – Constituído pelo conjunto dos serviços.

Situação na profissão – Refere-se sempre à profissão principal desempenhada pelo indivíduo activo, no caso deste ter mais de uma profissão. No caso de não Ter estado a trabalhar na semana em referência, considerou-se apenas a situação na última vez que exerceu a sua profissão. Inclui as seguintes componentes:

- a) ***Trabalhador da Administração Pública***

Trabalha por conta do Estado, isto é, num serviço ligado à Administração Central ou à Administração Local, recebendo em troca uma remuneração.

b) **Trabalhador do Sector Empresarial Privado**

Trabalha por conta de uma empresa de capitais maioritariamente privados, nacionais ou estrangeiros, mediante uma remuneração. Inclui os trabalhadores do sector cooperativo.

c) **Trabalhador de Empresa Pública**

Trabalha por conta de uma empresa de capitais maioritariamente públicos, mediante uma remuneração.

d) **Trabalhador por Conta Própria**

Se trabalha por sua conta ou em associação e não tinham habitualmente trabalhadores remunerados.

e) **Patrão/Empregador**

Se é dono, sócio ou accionista maioritário de uma empresa ou exploração agrícola na qual exerce a sua profissão principal e tinha, habitualmente, um ou mais trabalhadores remunerados ao seu serviço.

f) **Trabalhador Familiar sem Remuneração**

Se trabalhou numa actividade económica familiar, sem receber remuneração.

g) **Outra Situação**

Taxa Bruta de Escolarização (TBE) corresponde ao total de alunos matriculados, independentemente da sua idade, em relação à população que, de acordo com a regulamentação oficial do país deveria estar matriculada no nível de ensino considerado.

Taxa Líquida de Escolarização (TLE) representa o número de alunos matriculados num determinado nível de ensino, com idade correspondente à idade teórica de frequência desse nível de ensino, expresso como uma percentagem de população com a idade correspondente.

Taxa Bruta de Actividade, é o quociente entre população activa de 15 anos e mais sobre a população total, expresso em percentagem.

Taxa Líquida de Actividade, é o quociente entre população activa de 15 anos e mais sobre a população total da mesma faixa etária, expresso em percentagem.

Taxa Bruta de Ocupação, é o quociente entre população empregada de 15 anos e mais sobre a população total, expresso em percentagem.

Taxa Líquida de Ocupação, é o quociente entre população empregada de 15 anos e mais sobre a população total da mesma faixa etária, expresso em percentagem.

Taxa de Desemprego, é o quociente entre população desempregada de 15 anos e mais sobre a população activa da mesma faixa etária, expresso em percentagem.

Taxa Bruta de Inactividade, é o quociente entre população inactiva de 15 anos e mais sobre a população total, expresso em percentagem.

Taxa Líquida de Inactividade, é o quociente entre população inactiva de 15 anos e mais sobre a população total da mesma faixa etária, expresso em percentagem.

Taxa do Emprego Precário (sub - emprego), é o quociente entre população com emprego precário de 15 anos e mais sobre a população activa, expresso em percentagem.

EQUIPA TÉCNICA

INQUÉRITO SOBRE "QUESTIONÁRIO UNIFICADO DE INDICADORES DO BEM-ESTAR"
(QUIBB-2005)

LISTA DE PARTICIPANTES

I. Equipa de Coordenação Técnica e Financeira:

- 1 ALBANO GERMANO DE DEUS
- 2 HELDER SALVATERRA
- 3 TEODORA SOUSA
- 4 ELSA CARDOSO CASSANDRA
- 5 SOLANGE PIRES DOS SANTOS
- 4 ÂNGELA RODRIGUES
- 6 OLÍVIO MENEZES
- 7 OCTÁVIO S. SOARES DA COSTA

II. Equipa de Supervisores:

- 8 ELSA CARDOSO CASSANDRA
- 9 TEODORA SOUSA
- 10 SOLANGE PIRES DOS SANTOS
- 11 ÂNGELA RODRIGUES

III. Equipa de Controladores:

- 12 ARMILINDA PEREIRA
- 13 ISABEL DOS SANTOS
- 14 HIDELBERTO AMARAL
- 15 EDSON ALBERTO SOLÉ
- 16 ANASTÁCIO RAMOS

IV. Equipa de Tratamento de Dados:

- 17 RAÚL JORGE DE OLIVEIRA
- 18 IDÁLIO ESPERANÇA LUÍS
- 19 BIKLIS PIRES DOS SANTOS
- 20 GUILHERMINA CARVALHO
- 21 MARGARIDA PONCES
- 22 SEMIANA MARIA VIANA
- 23 MAGDA SILVA DO ROSÁRIO

V. Equipa de Estafetas Distritais:

- 39 JOSÉ MANUEL FREITAS
- 40 AURÉLIO LEITE
- 41 ENGRÁCIO JANÚ
- 42 LENINE COSTA
- 43 LÚCIO LUÍS
- 44 JOSÉ LUÍS FERNANDES
- 45 MÁRIO FERNANDES MONIZ
- 46 MANUEL D'ASSUNÇÃO GRAÇA
- 47 JORGE MASCARENHA
- 48 ALBERTO TROPA DA LOJA

VI. Equipa de Inquiridores:

- 49 VANDA MARQUES BASTOS
- 50 HERNEU QUINTA DA GRAÇA
- 51 ELMINAIDE ALMEIDA MONIZ
- 52 AURÉLIO LEITE
- 53 EKIJERCY SANTIAGO
- 54 LUCRÉCIA RODRIGUES
- 55 AURA NETO FERREIRA
- 56 ÂNGELA MARIA
- 57 EUCELICIA FERNANDES ROSA
- 58 HERMES VILA NOVA CARVALHO
- 59 JACKSON DE ARAÚJO LIMA
- 60 WANDERLEY PAIXÃO PEREIRA
- 61 MARIA HERMÍNIA DAS NEVES
- 62 AVELINA DA GRAÇA CONSTANTINO
- 63 EVA GOMES SEBASTIÃO
- 64 MARIA INÊS LOUREIRO
- 65 DULCE DE ALMEIDA
- 66 OSVALDO GIL
- 67 NELSON DA MATA
- 68 DIONÍSIO MAGALHÃES

VII. Equipa de Análise de Dados:

- 69 HELDER SALVATERRA
- 70 ELSA CARDOSO CASSANDRA
- 71 TEODORA SOUSA
- 72 ÂNGELA RODRIGUES
- 73 SOLANGE PIRES DOS SANTOS
- 74 RAÚL JORGE CRAVID

VIII. Equipa de Apoio:

- 75 NED-LINDGER NETO
- 76 EUGÉNIA MARIA FERNANDES
- 77 ANA MARIA DE O. LIMA DOS SANTOS
- 78 AMÉLIA FILIPA DOS SANTOS VIEGAS
- 79 ALFREDO SANTIAGO
- 80 HELIODORO DOMINGOS AMADO

QUESTIONÁRIO